

PB

PROBLEMAS BRASILEIROS

ANO 55 | SET 2018
EDIÇÃO ESPECIAL

PARCERIA
UM BRASIL

ARTIGOS E ENTREVISTAS

ANA CARLA ABRÃO
ANA MARIA MALIK
ANTONIO LANZANA
ANTONIO PEREIRA
BÁRBARA LIBÓRIO
CAMILA JUNQUEIRA
CARLOS LIMA
CLAUDIA COSTIN
CRISTINA TARDÁGUILA
DENIS MIZNE
EUGÊNIO BUCCI
EDUARDO CAVALIERE
EDUARDO GIANNETTI
EVA RENON
GUILHERME COSTA
HUMBERTO DANTAS
JOICE TOYOTA
LUIZ AUGUSTO CARNEIRO
MARCELO TAS
MARCO LUCCHESI
MARCOS DA COSTA
MARCOS TROYJO
OTAVIANO CANUTO
OTAVIO MIRANDA
PAULO DELGADO
PAULO TAFNER
RENATO LIMA
ROBERTO AZEVÊDO
VINICIUS CARVALHO

CHARGES

ANGELI, GLAUCO
E LAERTE

AGENDA PARA O DESENVOLVIMENTO

Os desafios do Estado
para as causas mais
urgentes da atualidade

RS9,90



00001
819993
7 898616

PE EDIÇÃO ESPECIAL 001

PB
EDIÇÃO ESPECIAL
EDUCAÇÃO

FIZEMOS A LIÇÃO DE CASA E CAPRICHAMOS NAS MATÉRIAS

ENSINO INTEGRAL? PRESENTE.
ESTRUTURA DAS ESCOLAS? PRESENTE.
ALUNOS COM DEFICIÊNCIA? PRESENTE.
FORMAÇÃO DE PROFESSORES E DIRETORES? PRESENTE.
CIÊNCIAS? PRESENTE.
EMPREENDEDORISMO NA SALA DE AULA? PRESENTE.
EDUCAÇÃO SEXUAL? PRESENTE.

A **PROBLEMAS BRASILEIROS** estudou a fundo temas essenciais da nossa educação e preparou uma edição exclusiva que, sem dúvida, será aprovada dentro e fora das salas de aula.

**NÃO PERCA! UMA AULA SOBRE A NOSSA EDUCAÇÃO,
EM OUTUBRO, NAS MELHORES BANCAS E LIVRARIAS**

ESPERANÇA DE DIAS MELHORES

A realidade brasileira nos mostra que não fazem mais sentido as sucessivas intervenções do Estado na economia verificadas nas últimas décadas. Somado a esse quadro negativo, a corrupção sistêmica e a desordem nos gastos públicos contribuíram para um colapso político-administrativo que culminou na degradação da atividade econômica nacional. As consequências foram sentidas em prejuízos na renda das famílias, na força competitiva do setor privado e no estreitamento do mercado de trabalho.

Seja para investir, seja para criar condições que permitam o incremento da competitividade nacional, o Estado enfrenta sérias dificuldades. Isso porque, em razão de elevadas despesas de custeio, o governo não tem mais capacidade de manejar o orçamento no sentido de estimular o crescimento. Na outra ponta, a burocracia da máquina pública, a alta carga tributária – que desde o plano Real subiu de 25% para 33% do PIB – e a insegurança jurídica inibem o protagonismo empreendedor em setores essenciais para o dinamismo da economia.

Portanto, é nitido que são emergenciais a revisão do sistema previdenciário, em que o País gasta 11% do PIB com aposentadorias do INSS mais as do funcionalismo público, e a simplificação do sistema tributário. A construção de uma economia sustentável não é tarefa apenas de governos, mas o Poder Público tem papel fundamental ao estimular a atividade empresarial, desburocratizando o ambiente de negócios por meio da condução das reformas.

A fim de debater a agenda que o Brasil precisa assumir para reverter esse quadro de incapacidade administrativa, esta edição especial de **Problemas Brasileiros** se une à plataforma **UM BRASIL** para reunir artigos de destacados nomes de variadas esferas do conhecimento. Eles apontam soluções para a economia e a política, falam sobre os rumos da educação, os gargalos

da saúde, a necessidade de investimentos em infraestrutura, a problemática da segurança pública, o combate às notícias falsas, entre outros desafios do País.

Como na democracia sempre há espaço para o humor, o conteúdo aqui publicado traz ainda charges do cartunista Glauco Villas Boas, morto em 2010. Os desenhos, produzidos há mais de dez anos, mostram que infelizmente as fragilidades brasileiras continuam as mesmas. Os chargistas Angeli e Laerte também contribuem com homenagens ao trabalho combativo de Glauco.

Às vésperas das eleições, a mobilização e o engajamento da sociedade serão essenciais para a escolha de gestores éticos e de espírito realizador. Afinal, sob o seu mandato, está a missão inadiável de promover ações que estimulem a aceleração do ritmo de crescimento e renovem, mais do que a esperança, o cotidiano dos brasileiros.

ABRAM SZAJMAN,

presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), entidade gestora do Sesc-SP e do Senac-SP



06

Entrevista
EDUARDO GIANNETTI REFLETE
SOBRE O ESTADO BRASILEIRO

14

Economia
ANTONIO LANZANA

16

Reforma da Previdência
PAULO TAFNER

18

Segurança pública, drogas e violência
RENATO LIMA
VINICIUS CARVALHO

24

Educação
CLAUDIA COSTIN
DENIS MIZNE

27

Inovação
CAMILA JUNQUEIRA

28

Reforma do Estado
ANA CARLA ABRÃO

30

Eleições
PLANOS ECONÔMICOS EM DISPUTA



36

Medidas anticorrupção
JOICE TOYOTA
CARLOS FERNANDO LIMA

39

Saúde
ANTONIO PEREIRA
ANA MARIA MALIK
LUIZ AUGUSTO CARNEIRO

42

Debate
"ENTRE FATOS E FAKE NEWS", POR
MARCELO TAS E BÁRBARA LIBÓRIO

49

Justiça
MARCOS DA COSTA

50

Desburocratização
ROBERTO AZEVÉDO
OTAVIANO CANUTO

54

Relações público-privadas
EVA RENON
GUILHERME COSTA

56

Fake news
CRISTINA TARDÁGUILA
EUGÊNIO BUCCI

58

Cultura
MARCO LUCCHESI

59

Renovação política
HUMBERTO DANTAS
OTAVIO MIRANDA E EDUARDO CAVALIERE

61

Política internacional
MARCOS TROYJO

62

Homenagem a
Glauco Villas Boas
ANGELI E LAERTE

64

Política nacional
PAULO DELGADO

SAÍDA VERDE E AMARELA

ENTREVISTADOR ■■■
RENATO GALENO ■■■
FOTOS ■■■
CHRISTIAN PARENTE ■■■

ECONOMISTA, FILÓSOFO E ESCRITOR, **EDUARDO GIANNETTI** É UM DOS MAIS DESTACADOS PENSADORES BRASILEIROS DA ATUALIDADE. NA CONTRAMÃO DO PESSIMISMO E DA ATMOSFERA APOCALÍPTICA ATUAL, GIANNETTI FAZ UMA REFLEXÃO SOBRE O TAMANHO DO ESTADO BRASILEIRO, O MODELO DE TRIBUTAÇÃO CONCENTRADO EM BRASÍLIA, OS 30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO, O COMBATE À CORRUPÇÃO E AS PERSPECTIVAS PARA UMA RENOVAÇÃO DA NOSSA POLÍTICA. NO SEU ÚLTIMO LIVRO, *TRÓPICOS UTÓPICOS*, O ESCRITOR ACREDITA QUE A SOCIEDADE BRASILEIRA, APESAR DOS PROBLEMAS E DISTÚRBIOS QUE PRECISAM SER CORRIGIDOS, PODE SE TORNAR UMA ALTERNATIVA À FALÊNCIA MÚLTIPLA DO MODELO OCIDENTAL DE VIVER EM “UMA CORRIDA ARMAMENTISTA PELO CONSUMO” A TODO INSTANTE. SEGUNDO ELE, O BRASILEIRO CONSERVA SEU MUNDO NATURAL E CERTA ESPONTANEIDADE. “UMA VITALIDADE IORUBÁ FILTRADA POR UMA TERNURA PORTUGUESA”.

Você afirma que “o Brasil precisa de menos e mais Estado ao mesmo tempo”. Onde é preciso que exista mais Estado no Brasil e onde ele precisa se fazer menos presente?

O Estado brasileiro está onde não deveria e não está onde deveria, por isso que é menos e mais. O Estado não precisa estar envolvido em atividades empresariais, não deve subsidiar grupos privados nem proteger a economia, não deve dar pensões para funcionários públicos completamente desconectadas da realidade brasileira. O Estado brasileiro faz muita coisa que não deveria e não faz aquilo que seria de mais indispensável e que a Nação demanda: atender às necessidades básicas e elementares da cidadania, que são saneamento básico, ensino fundamental de qualidade, saúde pública digna para toda a população, um sistema de aposentadorias que seja universal e que dê o mínimo de dignidade para a população comum, e não esse sistema de castas muito extravagante que se criou no Brasil.

Outra de suas afirmações é “o País precisa de menos Brasília e mais Brasil”. Isso tem a ver com a subsidiariedade, que é aquela ideia de que as decisões políticas e econômicas têm que ser tomadas onde afeta a população mais próxima?

A regra de ouro na economia deveria ser a seguinte: o dinheiro público deve ser gasto o mais perto possível de onde ele foi arrecadado. E nós não cumprimos essa regra no Brasil, pois o País nunca se decide por um modelo de Estado. Ele vai para o pêndulo da centralização ou transita para o outro extremo da descentralização. Desde a nossa independência, vemos o Brasil batendo nesse pêndulo. O Primeiro Reinado foi centralizador; a Regência foi descentralizadora, o Segundo Reinado foi muito centralizador e a República no Brasil foi feita em nome da descentralização, em que se passa a chamar o País uma “República Federativa”. Que é curioso, porque é uma Federação que foi decretada pelo governo central, não é uma Federação que surgiu. Talvez seja a única federação no mundo que surgiu por um ato do governo central, com a grande bandeira republicana da autonomia dos Estados. Dando continuidade, aí temos a República Velha descentralizada, veio a Revolução de 1930 que centralizou violentamente no Estado Novo, em que Getúlio nomeava até o carteiro em Manaus. Tudo passava pelo governo central. Redemocratizou, o País novamente foi descentralizado e veio o regime militar e centralizou radicalmente. Veio a redemocratização nos anos de 1980 e a nova Constituição de 1988 e optou-se por um Estado Federativo. Em princípio, nenhum problema, porém, em 1988 descentralizaram as atribuições do setor público, como educação, saúde, segurança, transportes e saneamento que passaram para

O QUE NÃO DÁ PARA CONTINUAR É TERMOS UM PAÍS ONDE 40% DA RENDA NACIONAL TRANSITAM PELO SETOR PÚBLICO E NÃO TERMOS SEQUER METADE DOS DOMICÍLIOS COM SANEAMENTO BÁSICO, ALFABETIZAÇÃO UNIVERSALIZADA PARA A POPULAÇÃO E UM MÍNIMO DE SAÚDE PÚBLICA DIGNA.



os entes federativos (Estados e municípios), mas não descentralizaram a autoridade para tributar, que continuou altamente concentrada na União.

Temos um problema nas finanças públicas brasileiras: o dinheiro vai para Brasília para depois voltar aos Estados e municípios e eles passam a depender a todo o tempo de liberação de verba. Isso torna tudo muito dependente do governo central e não é saudável. Em 80% ou mais dos municípios brasileiros praticamente nada se arrecada, eles vivem de mesada intraconstitucional ou do Fundo de Participação da União ou dos municípios nos Estados. Isso é uma receita para a má utilização do dinheiro público, porque o cidadão não sabe o quanto está pagando, para onde está indo e como está voltando.

Em um regime federativo de fato, só vão para o governo central dois tipos de recursos: aqueles que são para financiar atividades que só o governo central tem condições de fazer (segurança nas fronteiras, Banco Central, diplomacia e órgãos reguladores); a segunda categoria, em um país heterogêneo como o Brasil, é natural que os Estados mais prósperos transfiram algum recurso para os menos favorecidos, em uma redistribuição inter-regional.

Agora, o que não é dinheiro para financiar a atividade, que é só o que o governo central faz, e o que não é dinheiro de redistribuição inter-regional, não precisa e não deve ir para Brasília para voltar. Assim, você para com o passeio do dinheiro e tira muito do butim que se disputa em Brasília. Isso vai trazer enorme melhoria na qualidade do gasto público no Brasil. Existe outro aspecto que é a cidadania. Nós precisamos ter no Brasil uma cidadania tributária, que consiste no cidadão saber o quanto paga da sua renda em impostos, para onde vai e como volta. Descentralizar-se. Isso



é perfeitamente factível. Ninguém mora na União nem no Estado, todos moramos na nossa cidade, onde acontecem as coisas relevantes para o cidadão. O que não dá para continuar é termos um país onde 40% da renda nacional transitam pelo setor público e não termos sequer metade dos domicílios com saneamento básico, alfabetização universalizada para a população e um mínimo de saúde pública digna.

Estamos completando 30 anos da Constituição Federal e vemos problemas estruturais graves. Ela envelheceu rápido demais?

A Constituição brasileira traz avanços, tem conquistas importantes, que devem ser preservadas, mas ela é muito detalhista e tem certa ingenuidade de que colocar direitos no papel significa que estão garantidos. Por exemplo, ela define quanto de gastos com irrigação obrigatoriamente devem ser feitos na Região Nordeste. Colocar isso na Constituição não tem o menor cabimento. A ideia de que você vai resolver as coisas pondo no papel é muito duvidosa.

As eleições presidenciais deste ano são a oportunidade de renovarmos as representações políticas ou corremos o risco de cairmos em uma solução extremista, movida pela carência de partidos políticos consolidados e comprometidos com o aspecto político?

Acredito que as duas possibilidades sejam possíveis. Considero a Lava Jato o mais importante acontecimento político da vida pública brasileira, ao lado da redemocratização nos anos de 1980 e da conquista da estabilidade monetária na década de 1990. Porque ela escancarou a deformação patrimonialista do Es-

tado brasileiro, algo que nos acompanha desde nossa origem, que é a relação espúria entre o público e o privado, na qual quem está no poder só pensa em se perpetuar nele e, portanto, usa o Estado para seus próprios fins, como se a sociedade existisse para servi-lo, e não o contrário. E grande parte do empresariado, que prefere buscar o crescimento dos seus negócios por meio de acesso privilegiado a esses governantes a fazer o que deveria no mercado, que é competir, inovar e fornecer bens cujo valor seja socialmente reconhecido. O encontro desses dois vetores é o Estado patrimonialista.

Esse movimento da Lava Jato é irreversível, mas não suficiente para a superação dessa deformação patrimonialista, pois precisa de uma resposta da sociedade civil brasileira sobre o que fará com essa revelação, que escancarou as entranhas do *modus operandi* da política no Brasil.

Sou otimista e acredito que, depois de tudo isso, a população esteja realmente querendo participar mais, porque percebe que isso afeta sua condição de vida e seu futuro. Agora, temo que se isso não vier pela via democrática, dentro do sistema das eleições, possa acabar descambando para outro tipo de ruptura, como foram as revoluções Francesa e Americana. O Brasil, de certa maneira, ainda está no antigo regime. Instituições como o foro privilegiado, o sistema de castas da Previdência e a desigualdade abissal de oportunidades são coisas do antigo regime. Nós vamos corrigir isso no ambiente democrático ou será que as coisas terão de piorar tanto que virá uma reação da sociedade com uma ruptura do modo de fazer política e da relação entre Estado e sociedade no Brasil? ▶▶▶

O Estado brasileiro faz muita coisa que não deveria e não faz aquilo que seria de mais indispensável e que a Nação demanda: atender às necessidades básicas e elementares da cidadania.

No seu livro recém-lançado, *Trópicos utópicos*, você lista três ilusões do humano civilizado: a ciência, a tecnologia e o processo civilizatório. Por que são ilusões?

O ocidente moderno nasce com a promessa de resposta a três grandes inquietações humanas: saber quais os sentidos das coisas, da vida humana e do universo, mas a ciência já mostrou não ser capaz de dar essa resposta, porque essa questão de sentido humano é uma coisa que, já de partida, a ciência não pressupõe, não existe método para observar um destino sem regras definidas. A tecnologia também foi o grande sonho de asseguramento da natureza pelo ser humano, para submeter o mundo natural às vontades humanas. Isso funciona em grande medida, está aí a medicina e a longevidade, mas, por outro lado, gerou uma ameaça de descontrole do mundo natural que hoje é tremenda, com a mudança climática, o fim da biodiversidade etc. O terceiro ponto ilusório do mundo moderno, civilizado, europeu, iluminista era que, com o progresso da civilização e com o avanço material, nós teríamos vidas mais dignas, felizes e plenas, porém, não há nenhuma evidência de que esses progressos econômico, tecnológico e científico nos últimos três séculos tenham aumentado o padrão de felicidade e realização das pessoas. Muito pelo contrário, existem indicadores muito fortes de que elas estão descontentes com a vida, buscam alternativas e querem encontrar outra maneira de viver.

Em suas obras, fica clara a preocupação por bens não mensuráveis, como a natureza. Mas muitas pessoas acreditam no sucesso econômico como a saída para os problemas. Isso é real?

Essa ideia de que você mede o sucesso de uma nação pela métrica monetária é um equívoco monstruoso. Se estiver em um país ou comunidade que tenha água potável de graça, isso é como o ar que estamos respirando. Não entra no sistema de preços e não entra no PIB. Se polui todas as fontes de água potável, você passa a ter de trabalhar mais um pouco para comprar água, que foi purificada, engarrafada e distribuída, e tudo isso vai fazer o PIB aumentar. Ou seja, você empobreceu, piorou a vida e o PIB aumentou. O Brasil acaba se tornando uma alternativa a essa falência múltipla do projeto ocidental, porque temos um mundo natural preservado e uma psicologia profunda que não está tão aviltada por esse processo civilizatório altamente exigente, que é o padrão da máxima competitividade e calculismo. Então, por acidentais e caminhos tortuosos, muitas vezes cruéis, o Brasil preservou, tanto fora como dentro, coisas extremamente valiosas que hoje faltam no mundo: um mundo natural preservado e uma exuberância subjetiva, certa espontaneidade, uma força dos afetos, uma vitalidade iorubá filtrada por uma ternura portuguesa. O modo como a sociedade brasileira se fundiu entre índios, europeus e orientais é o que nos diferencia e o que nos promete uma originalidade. A maturidade de uma cultura é a tranquilidade de ser o que se é.

&



UM BRASIL é uma plataforma multimídia composta por entrevistas, debates e documentários com grandes nomes dos meios acadêmico, intelectual e empresarial. O conteúdo desses encontros aborda questões importantes sobre os quadros econômico, político e social do Brasil.

Saiba mais em www.umbrasil.com



Todas as entrevistas estão disponíveis na íntegra em vídeo. Acesse o QR Code pelo celular ou visite www.umbrasil.com

Ao contrário de outras nações, o Brasil para se posicionar entre os de renda alta. Na pode ser observado pelo comportamento do ano (a.a.), o País cresceu abaixo da economia (5,7% a.a.). Em outras palavras,

não tem conseguido superar a condição de país de renda média realidade, o Brasil tem se distanciado desse objetivo, o que PIB entre e 2017. Com uma expansão média de 2,2% ao mundial (3,6% a.a.) e menos da metade dos emergentes estamos ficando relativamente mais pobres.

DESAFIOS PARA A MODERNIZAÇÃO E A RETOMADA DO DESENVOLVIMENTO

ANTONIO LANZANA
É COPRESIDENTE DO CONSELHO DE ECONOMIA, SOCIOLOGIA E POLÍTICA DA FECOMERCIO-SP E PROFESSOR DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP) E DA FUNDAÇÃO DOM CABRAL

A eleição de um novo presidente representa uma grande oportunidade para reverter esse quadro e promover grandes mudanças no sentido da modernização nacional e da retomada do desenvolvimento econômico. A FecomercioSP vem discutindo o tema e apresentando várias propostas para alcançar os objetivos aqui destacados. Particularmente, em relação aos aspectos macroeconômicos, tais mudanças passam, pelo menos, por cinco questões.

A primeira (e mais importante delas) é a reforma do Estado. Nesse sentido, é importante destacar que o reequilíbrio das contas públicas é fundamental, mas se deve promover uma reforma muito mais ampla do Estado. O modelo de desenvolvimento baseado numa expansão estatal incontrolável está esgotado: o gasto público cresceu, nos últimos anos, 6% a.a. (contra uma expansão de 2,2% do PIB) e atinge atualmente 43% do PIB (entre os emergentes, a média é de 35%). A carga tributária brasileira, que representa 34% do PIB, é a maior entre os emergentes, ao passo que a dívida pública cresce exponencialmente, aproximando-se de 80% do PIB e sem condições de reversão a curto prazo. A continuidade desse cenário levará inevitavelmente o País a uma situação caótica.

O estabelecimento de teto para a expansão dos gastos públicos é muito positivo, na

medida em que levará a uma gradual redução da participação do Estado na economia nacional. Sua viabilidade, porém, dependerá da Reforma da Previdência, que deve ser realizada logo no início do próximo governo e contemplar corte de privilégios, ampliação da idade mínima e igualdade de condições entre os setores público e privado.

Além do controle dos gastos, a reforma do Estado passa necessariamente pelo aumento da eficiência desses mesmos gastos. Há vários estudos mostrando que o Brasil não desembolsa pouco – inclusive na área social –, mas os resultados são medíocres, incluindo as áreas de saúde e educação. Os custos públicos precisam de um “choque de gestão”, com a fixação de metas a serem alcançadas nas mais variadas áreas e prevalência da meritocracia sobre os interesses corporativistas. Adicionalmente, é importante flexibilizar os gastos públicos (reduzindo vinculações) e acelerar privatizações. Basta lembrar que ainda existem 154 empresas estatais federais, muitas delas desconhecidas e de funções totalmente inúteis. Ainda na área do Estado, é preciso avançar na Reforma Tributária, no sentido de desonerar investimentos e exportações.

Uma segunda questão está associada à independência do Banco Central (BC). Embora no governo atual tenha se observado completa auto-

nomia do BC, os riscos para o País se tornariam muito menores se ele fosse independente de direito, e não apenas de fato. Além disso, deve-se destacar que o BC deve ter uma única meta, que é o de ser o “guardião da moeda”. E mais: ao acompanhar os países desenvolvidos e emergentes mais bem classificados, seria importante a adoção de metas decrescentes de inflação até alcançar 2% a 3% ao ano.

A maior inserção internacional do Brasil é outro aspecto que contribuiria para aumentar a produtividade da economia nacional. O Brasil é uma das economias mais fechadas do mundo. Enquanto países como o Japão (durante a década de 1950), a Coreia do Sul (nas décadas de 1970 e 1980) e a China (mais recentemente) utilizaram o comércio exterior para alavancar taxas muito favoráveis de crescimento, o País continuou insistindo num processo de substituição de importações e “preso” ao Mercosul, em que os acordos comerciais são praticamente inexistentes. Não é uma questão de romper com o Mercosul, mas adaptá-lo às novas realidades. É fundamental ampliar os acordos bilaterais e multilaterais. A atual guerra comercial entre Estados Unidos e China não deve ser pretexto para manter o “fechamento” da economia brasileira.

O quarto ponto a ser enfrentado é a urgente retomada dos investimentos em infraestrutu-

ra, os quais vêm declinando sistematicamente ao longo dos últimos anos. Enquanto que na década de 1970 o percentual desses investimentos era de 5,4% do PIB, nos dois últimos anos, foram de apenas 1,5% do PIB (a média mundial é de 5,8%, e dos emergentes, de 5,4%). Dada a situação das contas públicas, tais investimentos terão de ser feitos pelo setor privado interno ou externo. Para isso, algumas condições são necessárias: segurança jurídica, marcos regulatórios estáveis, projetos detalhados, menor intervenção estatal nos processos de concessões/privatizações e taxas internas de retorno definidas pelo mercado.

Outra questão que contribui para reduzir a produtividade da economia brasileira é o desfavorável “ambiente dos negócios”. É preciso reduzir a burocracia; agilizar as concessões de licenças ambientais e de uso do solo; facilitar o desembaraço de mercadorias nos portos e “destravar” as operações de comércio exterior; e reduzir os prazos para abertura e fechamento de empresas e o excesso de órgãos de controle nas várias esferas de governo. É inaceitável que sejam emitidas quase 800 normas legislativas por dia útil no Brasil, como mostra levantamento do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação.

Por fim, é importante destacar que a modernização nacional e a retomada do desenvolvimento não serão tarefas exclusivas do novo presidente e sua equipe ministerial. Será preciso conscientizar os congressistas quanto à gravidade da situação econômica e à necessidade de se promover mudanças mais profundas. Somente com o apoio do Congresso, as reformas, aqui destacadas, serão viabilizadas.

&

PAULO TAFNER,
ECONOMISTA,
PESQUISADOR DA
FUNDAÇÃO INSTITUTO
DE PESQUISA
ECONÔMICA (FIPE)
E DO INSTITUTO
DE PESQUISAS
ECONÔMICAS
APLICADAS (IPEA)

PRECISAMOS VER O PROBLEMA DE FORMA ADULTA

Há pouco mais de um ano, o governo de Michel Temer apresentou à Nação uma proposta de Reforma da Previdência. Não era nenhuma “novidade”. O ex-presidente Lula, em 2007, afirmara que era necessário reformar a Previdência. A ex-presidente Dilma, em 2015, curvou-se ao óbvio e passou a afirmar que a Previdência precisava de reforma. Precioso tempo perdido com graves consequências: recessão histórica, inflação e milhões de desempregados. O que pretendia, em linhas gerais, a proposta original encaminhada ao Congresso? Vamos aos principais pontos:

1. Estipulava uma idade mínima de aposentadoria para todos os brasileiros (65 anos).
2. Estabelecia um tempo mínimo de contribuição de 25 anos para se obter a aposentadoria, que, em conjunto com a idade, garantiria 76% da média contributiva do trabalhador, preservado o valor mínimo de um salário mínimo. A cada ano adicional de contribuição, esse valor incorporaria 1% a mais.
3. Para aplicação dessas regras, dividiu o conjunto de trabalhadores em dois grupos: homens com menos de 50 anos e mulheres com menos de 45 estariam sujeitos às novas regras. Para os mais velhos de ambos os sexos, seria aplicada uma regra de transição.
4. A transição determinava um “pedágio” de 50% sobre o tempo que ainda faltasse para a obtenção da aposentadoria nas regras atuais.
5. Desindexava as pensões e os benefícios assistenciais (BPC) do salário mínimo e elevava a idade de elegibilidade dos atuais 65 anos para 67.

Havia também vedação de acumulação de benefícios, exigência de contribuição para o trabalhador rural (com alíquotas favorecidas), virtual eliminação do tratamento privilegiado de servidores públicos e vários aprimoramentos de redação visando a reduzir demandas judiciais. E trazia uma boa novidade: a idade de aposentadoria dali para frente seria flexível e associada ao envelhecimento da população.

Feitas as contas, em dez anos, haveria redução da despesa previdenciária de aproximadamente R\$ 800 bilhões. Assim, a reforma garantiria a sustentabilidade fiscal de médio e longo prazos.

Na Câmara Federal, após longo processo de debate e negociação, o relator preparou um novo texto que preservou o “espírito” da reforma. Cedeu um pouco aqui, um pouco ali, mas fez diversos aprimoramentos. Com o novo texto, a redução de despesas seria menor: algo como R\$ 600 bilhões. Apesar das críticas, poucos se deram conta de que mesmo essa redução “menor” era igual ao gasto do INSS em um ano. Economizaríamos um ano inteiro em apenas dez. Definitivamente, não era pouca coisa.

Tudo estava pronto, e a reforma seria aprovada. Sobreveio, então, a inesperada e obscura denúncia contra o presidente Temer. Ducha de água gelada. Como todos sabemos, o processo não foi adiante. Às vésperas de sua saída, e depois de encontro nebuloso num bar da capital federal, o ex-procurador-geral apresentou nova denúncia. Mais tempo perdido. Apesar da vitória do presidente, a reforma estava enterrada.

Durante o processo todo, alguns afirmaram que a proposta foi discutida de forma açodada. Será? Mais de uma década de discussão é pouco tempo? Outros apresentaram argumentos falaciosos, afirmando que a proposta atacava os pobres. Balela! A não votação da reforma, mais do que tudo, representou a continuidade de um

poderoso mecanismo de transferência de renda de pobres para ricos.

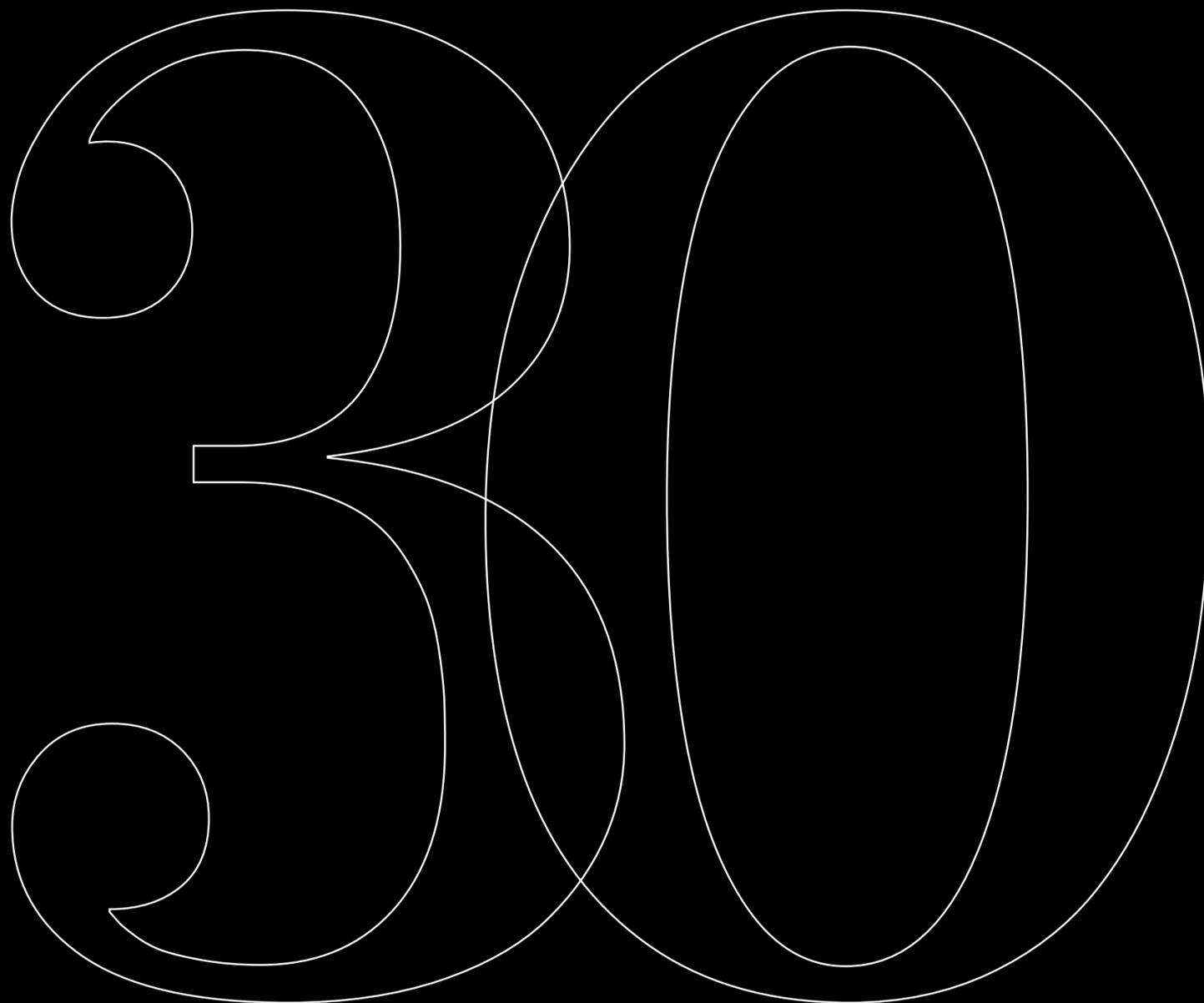
O que fazer agora? Aguardar que um novo presidente eleito apresente sua proposta ao escrutínio parlamentar e que tenha sucesso na empreitada. Uma reforma que garanta direitos a todos e tenha sustentabilidade financeira. Uma reforma, enfim, que contemple em linhas gerais o que estava na proposta apresentada pelo presidente Temer. Sem populismo ou irresponsabilidade. É hora de sairmos da adolescência e enfrentarmos nossos problemas de forma adulta. É hora de nos afastarmos da marcha da insensatez.

&



GOVERNANÇA PARA ARTICULAR O SISTEMA

RENATO SÉRGIO
DE LIMA,
DIRETOR-PRESIDENTE
DO FÓRUM BRASILEIRO
DE SEGURANÇA PÚBLICA



Trinta anos após a promulgação da Constituição de 1988, o Brasil parece ter percebido a importância de as políticas de segurança pública e justiça criminal serem tratadas de forma menos ideologizada e mais baseada em planejamento e em evidências. Ao tratar a segurança desse modo, vamos nos dar conta de que o nosso pacto federativo e republicano foi muito mal construído nessa seara. Por conta disso, foram gerados inúmeros dilemas de governança, integração e disputas de competência entre diferentes esferas do governo e Poderes da República.

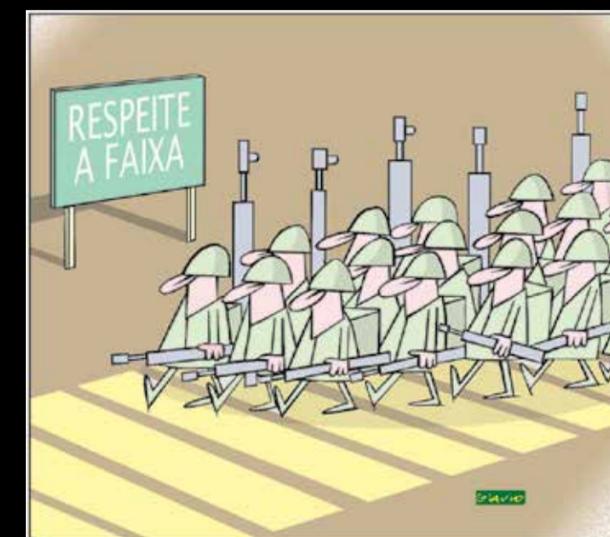
No Brasil, governança em segurança pública é uma responsabilidade difusa de vários atores e instituições. Para que ela tenha efetividade, precisa ser coordenada e articulada em torno do que está previsto na nossa própria Constituição. Nossa Carta Magna diz que segurança é condição fundamental para o exercício da cidadania (artigo 5º), bem como direito social universal de todos os brasileiros (artigo 6º).

À luz desse conceito, percebemos que as instituições públicas responsáveis por prover justiça criminal e segurança, além de garantir direitos, trabalham muito. Entretanto, trabalham quase sem nenhuma articulação. Cada uma atua em uma direção e sem convergência de metas e de processos, sem que uma política criminal baseada nos comandos constitucionais citados seja efetivamente implementada. Na brecha, o crime organizado ocupa os espaços e os territórios abandonados pelo Estado; e o medo justifica discursos cada vez mais radicalizados e ideologizados. A vida perde importância e vamos batendo recordes de violência e mortes.

Governança é um termo que nasce da ideia de que o Estado não é o responsável exclusivo pelo sentido da política e das políticas públicas. Se olharmos em perspectiva, há uma pluralidade de interesses em disputa que precisam ser administrados (o próprio caput do artigo 144, da Constituição Federal, que trata da organização das polícias, traduz esse conceito ao dizer que segurança é uma responsabilidade de todos).

Assim, se queremos pacificar o País, um sistema integrado e coordenado de segurança pública no Brasil deve criar mecanismos de governança capazes de articular União, Estados, Distrito Federal e municípios. Uma governança que necessariamente crie condições para a coordenação de ações entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como entre Ministérios Públicos; Polícias Civil, Militar, Federal, Rodoviária Federal; Guardas Municipais; Forças Armadas; Tribunais de Contas; e sistema prisional.

Não conseguiremos reduzir a violência sem que consigamos ser mais inteligentes do que o crime. E para dar conta desse desafio, as práticas mais exitosas no mundo nos mostram que precisamos investir em alguns vetores estratégicos, tais como: transparência; financiamento; novas doutrinas de policiamento; foco territorial; e participação social. São eles que permitirão que as questões estruturantes da área possam ser exploradas e que boas políticas públicas sejam formuladas e implementadas. Não ganharemos do crime no grito.



NECESSITAMOS DE POLÍTICAS REALIZÁVEIS, NÃO IDEALIZÁVEIS

VINICIUS MARIANO
DE CARVALHO,
PROFESSOR DE
ESTUDOS BRASILEIROS
DO KING'S COLLEGE
LONDON



Um dos assuntos mais recentes na discussão em torno dos problemas de segurança pública no Brasil foi a aprovação do Sistema Único de Segurança Pública (Susp), que já nasce com uma história longa. Foi concebido em 2003 e finalmente votado no Congresso Nacional em 2018. Não que se tratasse de algo irrelevante ou menor para que não recebesse prioridade por parte dos parlamentares e outros atores políticos e profissionais. Afinal, não é necessário gastar palavras para descrever a situação em que se encontra a segurança pública no Brasil. A demora é apenas mais uma manifestação de descaso para com um dos temas mais significativos e relevantes para o País.

Análises sobre a situação da segurança pública no Brasil, o aumento vertiginoso da violência urbana associada ao crime organizado e à resposta coercitiva do Estado, são diversas e não vem ao caso aqui recuperar muitos dos argumentos apresentados e discutidos por acadêmicos, políticos, jornalistas e todo aquele que se julga formador de opinião no Brasil.

Nesse mar de estudos, sugestões, opiniões, posições, argumentos, o que se nota, em geral, é que falta ao País a capacidade de transformar o contexto de insegurança e violência em que estamos mergulhados.

Com relação à federalização da segurança pública, o que apresento aqui não é nenhuma novidade, mas vale a pena ser dito novamente. O mais importante é que definamos detalhadamente o que se quer dizer com esta “federalização”. Nesse universo da segurança pública, muitos termos e conceitos são usados sem que haja um comum entendimento destes, e ideias que poderiam ser produtivas acabam desmoronando por um dúbio entendimento conceitual. Parece simples, mas, na verdade, de difícil acordo.

O “sistema de segurança pública” no Brasil é tudo, menos sistemático. Há uma multiplicidade e redundância de atores, procedimentos e concepções, normalmente sujeitos a variações de ordem política, que não contribuem em nada para de fato promover a desejada segurança. Ademais, há uma tendência a se confundir soluções imediatas para o quadro de violência com uma concepção ampla de segurança pública. Consequentemente, vislumbra-se segurança como ações de polícias ou militares, deixando-se de lado os fatores viscerais da questão, que têm a ver com a promoção da igualdade social e a formação de valores sociais comuns. ▶▶▶

▶▶▶ Esse Susp é uma oportunidade de se reelaborar um princípio de segurança pública que, levando em conta as especificidades locais e regionais, também seja capaz de promover políticas públicas de segurança que encampassem a dinâmica da criminalidade em níveis nacional e global. ▶▶▶



Ainda que os efeitos da violência e criminalidade sejam sentidos no dia a dia pelo cidadão, e, portanto, deem a impressão de que segurança se trata de algo local, é impossível desconectar o crime cometido na rua de um mecanismo mais amplo. Um mecanismo que é multifacetado, resultante de um modelo de sociedade desigual que não permite que todos os brasileiros disponham de uma mesma compreensão do que é cidadania.

Ainda que pareça óbvio, um modelo de segurança pública federal deve começar por definir o que entende como segurança em geral e em particular, considerando as plurais realidades do Brasil. É preciso também que seja um sistema realista e pragmático, que estabeleça ações e políticas viáveis, e não puramente idealizáveis. E, principalmente, que dialogue com outros sistemas, como aquele de saúde pública e de educação, de desenvolvimento e infraestrutura. Que sua capilaridade seja capaz de se informar pelo cidadão em sua realidade local e responder às suas demandas imediatas, e também de médio e longo prazos, em sintonia com uma percepção ampla dos fatores geradores dessa falta de segurança local.

Ao começarmos a estabelecer uma linha de ação que coerentemente relacione o combate ao tráfico internacional de armas e drogas que aflige a região de fronteiras com as ações urbanas locais de policiamento e prevenção ao crime, talvez consigamos maior sucesso em alcançar melhores índices de segurança em geral. Nesse sentido, um modelo federalizado de segurança pública para o Brasil poderá ser positivo, caso seja capaz de elaborar cenários de curto, médio e longo prazos; definir capacidades operativas e prioridades; elaborar uma doutrina coerente, orgânica e holística de segurança pública não apenas limitada às ações policiais de confronto e combate; garantir uma unidade de comando e controle não suscetível a mudanças políticas sazonais ou ideológicas; que também seja capaz de desenvolver capacidades de respostas locais cujas ações tenham também impactos regional e nacional; que envolva todos os atores públicos e principalmente o cidadão em suas tomadas de decisão; e fundamentalmente tenha força moral e sustentação em níveis nacional, estadual e municipal. Talvez, com isso, consigamos construir uma plataforma que permita reverter o quadro atual. ▶▶▶

▶▶▶ Considerando-se o contexto social atual e os índices de violência a que chegamos, é importante, contudo, ter em mente que não há soluções imediatas. A construção de uma sociedade mais segura não se fará de um dia para o outro. Dito isso, reforço que o Susp pode ser um passo significativo, mas seus efeitos não serão sentidos subitamente. A deterioração do quadro de segurança pública no Brasil vem ocorrendo já por um longo tempo. Talvez tempo semelhante seja necessário para que se constitua uma sociedade mais segura – e aqui quero insistir que essa segurança deve ser entendida como resultante de uma promoção social, com ações de redução das desigualdades e inclusão cidadã. Enfim, federalização não deve ser entendida como uma simples transferência de responsabilidades acerca da segurança pública para a esfera federal, mas como uma ampliação da responsabilidade, incluindo uma multiplicidade de atores, nas esferas federais, estaduais, municipais e comunitárias, na promoção de políticas públicas coerentes e pragmáticas. Talvez dessa forma tenhamos, em alguns anos, um País mais seguro e menos violento. &

FOCO NO DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS

CLAUDIA COSTIN,
FUNDADORA E DIRETORA DO
CENTRO DE EXCELÊNCIA E INOVAÇÃO
EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS DA
FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV)

Em setembro de 2015, o Brasil, junto com 193 outros países, aprovou os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Entre esses objetivos, um específico trata da educação. Ele estabelece que iremos assegurar educação inclusiva, equitativa e de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. Na prática, isso resulta em nos comprometermos, entre outras metas estabelecidas no documento, a garantir que, até 2030, nossos jovens concluam os ensinamentos fundamental e médio com aprendizados relevantes e efetivos e que ninguém seja deixado para trás.

Quando analisamos os dados referentes à cobertura e à qualidade da educação, no entanto, percebemos o quanto ainda temos que avançar nessa direção. Milhões de crianças e jovens, enfim, entraram para a escola, fato que deve ser celebrado, mas, infelizmente, ainda há cerca de 1,6 milhão de adolescentes de 15 a 17 anos sem acesso aos bancos escolares. E apenas 59% dos que estão matriculados até 19 anos conseguem completar o ensino médio.

Na educação infantil, há melhoras no acesso à pré-escola. Hoje, 92% das crianças com quatro e cinco anos estão matriculadas, num movimento que pode ajudar no nivelamento de diferenças de origem socioeconômica no desempenho escolar futuro. No entanto, quando olhamos para creches, o acesso é bem desigual: as crianças pequenas que integram os 25% mais ricos estão em muito maior número que os 25% mais pobres (que certamente necessitariam muito mais desse diferencial) nessa modalidade educacional.

Mas o pior desempenho ainda é na qualidade da educação. Demoramos muito para universalizar o acesso aos anos iniciais do ensino fundamental, o antigo primário. Em 1930, tínhamos apenas 21,5% das crianças na escola, enquanto a Argentina tinha 62%, e o Chile, 73%. Quase empatada conosco estava a Coreia, com 22%. No fim da década de 1960, a Coreia já havia universalizado o acesso, e nós ainda tínhamos só 40%, índice que subiu para 60% no fim dos anos de 1980. Essa baixa cobertura certamente



impactou a aprendizagem das futuras gerações, já que é sabido que o tempo médio de escolaridade dos pais é extremamente importante para o sucesso escolar dos filhos. Esse dado se complica com a constatação de que ainda temos 11,8 milhões de analfabetos, muito embora parte importante deles se concentre entre os mais velhos, significando, portanto, um problema geracional, em que, embora privados do direito de aprender, esses brasileiros não necessariamente tenham grande impacto na aprendizagem dos mais jovens.

A qualidade da educação no Brasil vem evidenciando uma pequena melhora a cada edição da Prova Brasil para o quinto ano e, na última com resultados divulgados (2015), para o nono ano. Entretanto, quando se analisa o desempenho do País no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa, na sigla em inglês) de 2015, teste internacional organizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) aplicado para jovens de 15 anos de 72 economias, das quais 70 tiveram seus resultados divulgados, o Brasil se posiciona muito

mal. Tendo participado desde o ano de 2000, foi o país que mais avançou em Matemática entre 2003 e 2012, no entanto, parou de avançar na última edição e está em 66º lugar em Matemática, 63º em Ciências e 59º em Leitura e Interpretação de textos, uma condição claramente incompatível com o porte da economia brasileira.

A situação se torna particularmente complexa se considerarmos que vivemos em tempos do que se convencionou chamar de “Quarta Revolução Industrial” ou de “Futuro do Trabalho”. Trata-se do fato de que a automação e a robotização se aceleraram com a perspectiva de uma extinção sem precedentes de empregos (inclusive aqueles associados ao trabalho intelectual). Os avanços da inteligência artificial e da “aprendizagem de máquinas” tornam o futuro muito incerto e terão forte impacto na educação se quisermos que as novas gerações estejam prontas para os eventuais novos postos de trabalho que devam surgir nesse contexto.

Ora, tanto para enfrentar esse desafio (e outros dele decorrentes, como o populismo, fenôme-

no que está emergindo com força nos países em que a inteligência artificial mais deslocou trabalhadores) quanto para fazer face ao ODS-4, e não deixar ninguém para trás, precisaremos desenvolver competências novas nas escolas do País.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), na parte já aprovada no fim de 2017, contempla um bom conjunto delas. São as chamadas “competências do século 21”, entre as quais: resolução colaborativa de problemas, criatividade, empatia, persistência, resiliência e experimentação. Se somarmos a elas a superação dos déficits de aprendizagem que já temos, o pensamento crítico e sistêmico, e o letramento digital e de dados (aprender a analisar dados e a decidir com base neles), teremos maiores chances de contar com novas gerações aptas a navegar no mundo incerto em que viveremos e com um Brasil certamente menos desigual.

&



Se o nosso maior desafio já esteve em garantir acesso universal à sala de aula, agora está em melhorar os resultados do tempo investido por professores e alunos dentro dela. Dados da Prova Brasil indicam que, ao fim do quinto ano, com dez anos de idade, apenas metade dos alunos sabe Português em níveis satisfatórios e 40% dominam Matemática. No nono ano, os índices caem para 30% e 14%, respectivamente. É chegado o momento de enfrentar o fato de que a aprendizagem não está acontecendo e, mais grave, nossos jovens estão deixando de atingir seu potencial máximo, com grande impacto para suas trajetórias individuais e para o desenvolvimento do País.

As causas das lacunas de aprendizagem são muitas, e a solução não virá de apenas uma iniciativa. Entretanto, há alavancas essenciais para reverter o quadro. Uma delas toca diretamente na figura do professor. Ele é o único capaz de garantir que todas as demais iniciativas visando à aprendizagem sejam efetivadas dentro da sala de aula. Quem tem grande responsabilidade merece atenção.

Dados de pesquisa realizada pelo Todos pela Educação apontam que praticamente metade dos professores (49%) não recomendaria a profissão. Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que ouviu estudantes brasileiros de 15 anos de idade, apenas 2,4% deles querem seguir uma carreira docente.

APRENDER A ENSINAR

DENIS MIZNE,
DIRETOR-EXECUTIVO DA
FUNDAÇÃO LEMANN

Certamente, há muitos aspectos que contribuem para a baixa atratividade da carreira. Entre eles, a não valorização do professor impõe um desafio por si só: enquanto não o superarmos, dificilmente atrairemos os alunos mais bem preparados para a profissão. A isso, somam-se as lacunas da formação inicial oferecida no Brasil.

Nos países onde os desafios de aprendizagem têm sido menores, o preparo oferecido aos futuros professores carrega também os aspectos da prática pedagógica. Eles aprendem, além de conceitos e teorias da educação, a ensinar. Um processo que começa na universidade, mas que não se encerra nela.

Elemento em comum entre países e redes de ensino no Brasil que têm apresentado bons índices educacionais são as chamadas “comunidades de aprendizagem”. Nelas, o desenvolvimento do professor é responsabilidade compartilhada e exercida por todo o corpo profissional da escola, em especial pelo coordenador pedagógico. A ele cabe o papel de construir com os professores um acompanhamento orientado à garantia da aprendizagem. Um apoio útil ao docente que, em geral e infelizmente, trabalha isolado e solitário na sala de aula.

Vale nota também o fato de que até há pouco não estavam claros quais eram os conhecimentos essenciais que todo aluno deveria aprender. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) cumpre, nesse sentido, um papel fundamental e traz desdobramentos. Um deles toca a revisão da formação dos professores. Não apenas a formação inicial, que garantirá o alinhamento dos novos profissionais a essas expectativas de aprendizagem, como também a continuada – essencial para os docentes em exercício.

É hora de enfrentarmos as questões que têm contribuído fortemente para o desperdício anual de talentos no nosso País. A educação deve (e pode) cumprir seu papel primordial, criando condições para atrair e desenvolver seus profissionais. Ela pode (e deve), sobretudo, ser capaz de preparar nossos jovens para realizar seus projetos de vida, contribuindo também para o desenvolvimento do Brasil.



Nos últimos anos, o estímulo ao empreendedorismo ganhou força em todas as partes do mundo como estratégia vital para o desenvolvimento sustentável e o aumento da produtividade da economia, essenciais para nos tornarmos uma nação de renda per capita elevada e menos desigual.

Pouca gente sabe, mas 1% das empresas brasileiras gera quase 70% dos novos empregos no País, segundo o estudo “Estatísticas do Empreendedorismo”, uma parceria entre a Endeavor e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Essas são as empresas de alto crescimento (EAC), que crescem 20% ao ano, ao longo de três anos consecutivos. Em 2015, elas representavam pouco mais de 25 mil empresas. Há uma relação positiva entre alto crescimento e produtividade. Seus efeitos na economia são, portanto, significativos.

No entanto, há ainda um grupo bem específico entre essas EACs que gera ainda mais impacto na economia. As *scale-ups* são empresas que apresentam alto ritmo de crescimento com base, fundamentalmente, em um modelo de negócios escalável. Ou seja, são organizações que aumentam sua atividade (produção, vendas) sem que os custos cresçam no mesmo ritmo. Com isso, não apenas geram empregos, mas trabalham fortemente para ganhar eficiência. E esse foco na produtividade é fator essencial para que o alto crescimento – normalmente tido como uma fase na vida de uma empresa – seja mais sustentável em longo prazo.

Em consulta recente aos empreendedores da rede Endeavor que representam uma amostra das empresas que mais crescem no País, identificamos quatro desafios prioritários para que mais companhias possam entrar em um período sustentável de alto crescimento: **(i)** simplificar os processos de abertura, regularização e fechamento de empresas; **(ii)** simplificar a estrutura tributária nacional; **(iii)** tornar mais transparente e ágil a concessão de crédito a médias empresas por parte de bancos públicos e agências de fomento; e **(iv)** agilizar a concessão de propriedade intelectual.

De modo geral, esses desafios poderiam ser creditados às distorções burocráticas do ambiente de negócios. Não é preciso ir longe para ver que a quantidade de regras sem qualquer racionalidade – e que, muitas vezes, parecem inofensivas – traz consequências indesejáveis para o País. É praticamente impossível, por exemplo, que o empreendedor saiba se está pagando o tributo certo, da forma correta. Não é à toa que a pesquisa “Burocracia no ciclo de vida das empresas”, produzida pela Endeavor em 2017, apontou que 86,2% das empresas brasileiras (incluindo escritórios de contabilidade) possuíam irregularidades com algum órgão fiscal federal.

Em um ano importante como este, em que escolheremos o presidente que conduzirá o País pelos próximos quatro anos, os candidatos deverão se posicionar. Deverão responder como pretendem retirar o Brasil da inaceitável 125ª posição do ranking Doing Business de 2018, elaborado pelo Banco Mundial.

Estima-se que, se os procedimentos e atrasos fossem reduzidos à metade no Brasil, o aumento da renda per capita em longo prazo seria de 25%¹. Faz-se necessária a construção de um ecossistema que estimule o crescimento e o impacto dos empreendedores, para que eles possam carregar as transformações que o Brasil tanto precisa. Precisamos descongestionar para o País andar!

Descongestionar para o País andar

**CAMILA
JUNQUEIRA,**
COORDENADORA
GERAL DA
ENDEAVOR BRASIL

1. CAVALCANTI, T.;
MAGALHAES, A.;
TAVARES, J.
*Institutions
and Economic
Development in
Brazil. Quarterly
Review of Economics
and Finance, v. 48(3),
págs. 412-32, 2008.*



D

DEMANDA URGENTE PARA O NOVO MANDATO PRESIDENCIAL

ANA CARLA ABRÃO,
MARKET LEADER DA
OLIVER WYMAN

Deficitária, a maioria dos Estados brasileiros não tem dinheiro suficiente para prover com qualidade serviços públicos básicos como educação, saúde e segurança. Paralelamente, temos uma máquina pública inchada, com baixa produtividade e que onera os entes subnacionais, representando a maior parcela das suas despesas.

Atualmente, gastamos 39% do produto interno bruto (PIB) brasileiro com a máquina pública se considerarmos todas as suas esferas. Ao mesmo tempo, avaliamos nossos serviços públicos como muito abaixo da média mundial. Temos, portanto, uma situação paradoxal em que se gasta muito, a qualidade do retorno desse gasto é baixa e a crise fiscal se impõe com um desequilíbrio que pouca margem nos dá de manobra. E o mais preocupante: esse cenário caótico ainda pode piorar – e muito.

Esse panorama nos impõe a urgência de uma reforma do Estado que torne a máquina pública mais eficiente e enxuta. Sem uma reforma completa do modelo atual, não sairemos do lugar, pois, com esse quadro, não há gestor público ou talento da administração moderna que consiga entregar os resultados esperados pela sociedade.

Há necessidade de uma reforma do Estado profunda e que vise ao resgate da capacidade de planejamento e coordenação do setor público. Além disso, há que se garantir o estabelecimento de uma cultura de avaliação das políticas públicas e da eficiência da administração pública.

Apenas com planejamento de longo prazo e com a correta e eficiente alocação dos recursos públicos é que teremos a definição de prioridades de Estado, longe do varejo de interesses políticos e privados que tomou o lugar do interesse público nas decisões de política pública no Brasil.

Precisamos de objetivos claros. E isso é mandatório para que se atinjam os resultados esperados de maior crescimento e melhor distribuição de renda.

Somente a avaliação das políticas e ações públicas garantirá que os recursos sejam alocados de forma correta e eficiente. Por isso, é essencial que as políticas ou ações públicas implantadas sejam constantemente avaliadas, ajustadas ou descontinuadas caso não gerem os resultados esperados.

Já a melhoria na qualidade dos serviços públicos garantirá que o Estado tenha os incentivos alinhados ao interesse público, assim como para a provisão de serviços melhores e ajustados aos anseios da população. São esses serviços que permitirão que haja mais igualdade de oportunidade, principalmente para as camadas mais pobres da população, pois estamos falando de educação, saúde, segurança e da rede de proteção social, por exemplo.

A transformação do modelo de gestão de pessoas no serviço público deve se espelhar na eficiência, em consonância com o que já ocorre em vários países do mundo. São bons exemplos Chile, Inglaterra ou Singapura. O aumento da produtividade, a melhoria na eficiência dos gastos e a contínua busca por resultados efetivos são fundamentais para garantir um país mais justo. E essa mudança tem como ponto de partida o espaço fiscal necessário para promover a transformação do setor público brasileiro, que só virá com um profundo ajuste da máquina.

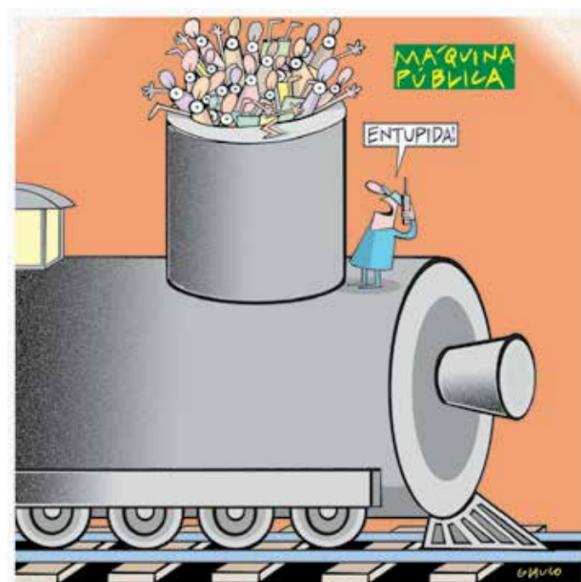
Um dos motivos do alto custo do setor público é o gasto com pessoal, que aumentou consideravelmente nos últimos anos. O número de servidores ativos do governo federal pulou de 961 mil em 2013 para 1,23 milhão em 2016 – ou um crescimento de 28%. Já o gasto com pessoal e encargos sociais saiu de R\$ 171 bilhões para R\$ 267 bilhões nesse mesmo período.

Ou seja, houve um aumento de 56% e que continuará crescendo exponencialmente caso não haja cortes profundos nessas despesas. Isso sem falar na despesa para custear os aposentados e pensionistas do governo federal. Nos Estados e municípios, a situação é ainda mais grave, com o pagamento de pessoal consumindo mais de 60% da receita em muitos dos entes subnacionais.

A mudança desse modelo é crucial para que o Brasil tenha futuro. E liderança política é fundamental para fazer esse importante movimento. Há esperança e há solução. Não precisamos tomar como dada a situação atual e tentarmos nos ajustar a um país fadado ao baixo crescimento e à desigualdade. Mas, para mudar o rumo dessa história, será necessário enfrentar as resistências e as forças que nos trouxeram ao atraso.

Com coragem, aliando inovação e investimento em gestão de pessoas, conseguiremos aumentar a motivação, avaliando o desempenho e garantindo a capacitação e valorização dos servidores públicos numa máquina voltada para o cidadão. Ai, sim, uma mudança cultural será possível, como fruto de uma reforma do Estado que trará ganhos para todos nós, brasileiros.

&



RUMOS ECONÔMICOS EM ANÁLISE

Colocar a economia brasileira novamente nos eixos será o desafio do presidente eleito neste ano. Conhecer as plataformas econômicas dos candidatos, portanto, é imprescindível na decisão do voto. Por isso, fomos explorar o ponto de vista de economistas do mercado e especialistas que assessoram os presidentiáveis.

Alguns deles explanaram suas ideias em reuniões do Conselho de Economia, Sociologia e Política da FecomercioSP nos últimos meses; outros foram ouvidos pela reportagem. O resultado você confere a seguir:

PÉRSIO ARIDA,
COORDENADOR DO
PROGRAMA ECONÔMICO DE
GERALDO ALCKMIN – PSDB

Propõe medidas baseadas em valores liberais, criando um ambiente positivo para o setor privado ao diminuir o controle estatal e promover uma abertura da economia. Ele fala em alterar a Constituição para que a União possa desvincular receitas das áreas de saúde e educação. Dessa forma, a gestão da economia seria menos engessada e abriria espaço para uma simplificação tributária.

SISTEMA TRIBUTÁRIO
O foco de tal simplificação passaria pela criação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que substituiria outros tributos – como IPI, ICMS, ISS e PIS/Cofins, por exemplo – e pelo fim das isenções a setores específicos. Para ele, no momento, não há espaço para diminuir impostos, dada a situação das contas públicas. Dessa forma, é preciso um ajuste fiscal e a redução da máquina pública a fim de melhorar a gestão de recursos.

REFORMAS
Defende que alterar os critérios atuais da Previdência ajudaria a reduzir o déficit do orçamento. Acredita que o sistema de capitalização seria o ideal.

PRIVATIZAÇÕES
Entende que o Estado seja responsável pelo que for de sua competência histórica, como saúde, segurança e educação. Assim, propõe a privatização gradual das estatais para que não percam valor de mercado.

MAURO BENEVIDES,
UM DOS ECONOMISTAS QUE
ASSESSORA CIRO GOMES – PDT

Tem um programa baseado em uma grande reforma tributária como pilar principal de organização das contas públicas. Ele defende um ajuste fiscal, mas diz ser necessário aumentar também a arrecadação por meio de um imposto semelhante à CPMF, além de acabar com o que chama de “pejotização” do trabalhador.

SISTEMA TRIBUTÁRIO
Propõe uma reforma tributária progressiva, taxando o que chama de “andar de cima”. Recomenda que o País volte a tributar lucros e dividendos, além de aumentar significativamente o imposto sobre heranças e doações. Defende a redução da carga sobre o consumo, além do fim das desonerações de alguns setores. Quer criar o IVA em substituição a outros tributos e elaborar uma forma de limitar o endividamento da União.

REFORMAS
Sugere a criação de três pilares para garantir que a conta feche: um que garanta o benefício social de um salário mínimo; outro que seja um regime de repartição com um teto de 3,5 salários; e o terceiro se trata de uma capitalização de contas individuais para benefícios acima desse patamar.

PRIVATIZAÇÕES
É contra a privatização do que chama de “setores estratégicos” para o País, como o de energia (com Petrobras e Eletrobras, por exemplo). Apesar disso, é a favor de privatizar estatais que não sejam consideradas essenciais ao Brasil, mas não especifica quais.

PAULO GUEDES,
COORDENADOR DO
PROGRAMA ECONÔMICO DE
JAIR BOLSONARO – PSL

Apoia um programa liberal baseado na privatização rápida e completa de empresas estatais (inclusive a Petrobras e o Banco do Brasil) como forma de reduzir o endividamento e diminuir a carga tributária. Também prega a queda efetiva dos gastos da União para reduzir os juros e o endividamento de longo prazo do País.

SISTEMA TRIBUTÁRIO
Fala em redução da carga tributária e propõe reduzir drasticamente encargos trabalhistas a fim de estimular a competição e a iniciativa privada. Também pretende descentralizar os recursos da União, dando mais autonomia para Estados e municípios.

REFORMAS
A favor da Reforma da Previdência, deseja criar um sistema de capitalização. Ela seria viabilizada por instituições financeiras privadas, e o trabalhador poderia escolher onde alocar o dinheiro.

PRIVATIZAÇÕES
Defende a privatizar de forma rápida todas as estatais nacionais, inclusive a Petrobras e o Banco do Brasil. O dinheiro arrecadado com a venda das empresas seria todo destinado à recompra da dívida, dando mais espaço para que o Estado possa investir no básico.



ANDRÉ LARA RESENDE,
MARINA SILVA – REDE

Um dos formuladores do Plano Real, o economista é crítico do Teto de Gastos, mas afirma que não vê a necessidade de alteração da emenda no curto prazo, já que não enxerga a possibilidade de uma alta na tributação ou nos gastos. Também é defensor das privatizações, apesar de deixar claro de que há ressalvas.

SISTEMA TRIBUTÁRIO

Para ele, a carga tributária brasileira já atingiu seu limite e não há espaço para novos aumentos. Defende a racionalização do sistema tributário e a redução de despesas, além de rever subsídios e simplificar outros tributos.

REFORMAS

É a favor da Reforma da Previdência. Segundo ele, há a necessidade de negociação com sociedade civil e Congresso para um consenso, mas as diretrizes são de um sistema equilibrado, que não prejudique os mais pobres.

PRIVATIZAÇÕES

É a favor da privatização de algumas estatais. Para ele, a Petrobras tem valor simbólico e, por isso, é necessário um consenso da opinião pública. Outras distribuidoras, porém, podem ser concedidas à iniciativa privada.

EVERARDO MACIEL,
EX-SECRETÁRIO DA
RECEITA FEDERAL

Diverge da forma com que a discussão tributária vem sendo colocada no País. Para o especialista, o Brasil não necessita de uma simplificação de tributos por meio de uma grande e única reforma, pois o assunto é complexo e não há como transformá-lo em algo descomplicado e eterno. Ele afirma que o País precisa de mudanças permanentes no sistema, já que sua operabilidade é que complica a situação fiscal, pois cumprir todas as burocracias previstas geram custos às empresas. Para ele, a reforma estratégica alteraria alguns tributos, como o ICMS, corrigindo suas distorções, assim como PIS/Cofins e ISS. Além disso, defende medidas para alterar problemas, como instituição do cadastro único, simplificação no processo de abertura e fechamento de empresas, compensação universal, entre outros.

MARCIO POCHMANN,
ASSESSORA O PT NA
ÁREA ECONÔMICA

Ligado à linha desenvolvimentista, o economista é contrário às reformas, principalmente a Trabalhista, e aposta em uma reforma tributária progressiva. É também contra o corte de despesas por parte da União. Para ele, a melhora das contas públicas deverá ocorrer após o aumento da arrecadação na retomada do crescimento – tendo o Estado como indutor.

SISTEMA TRIBUTÁRIO

Não se declara a favor da criação de novos tributos e defende um sistema tributário mais progressivo em relação ao atual, com foco maior na renda. Para ele, um modelo tributário especial deveria focar em setores estratégicos nacionais.

REFORMAS

É crítico da Reforma Trabalhista. Sobre a Previdência, não vê a reforma como urgente e crê que o aquecimento do mercado de trabalho formal deve combater parte do déficit.

PRIVATIZAÇÕES

É contrário à venda de empresas estatais, principalmente de setores estratégicos, como Eletrobras e Petrobras. Modelo de concessões em outros âmbitos pode ser utilizado.

SAMUEL PESSÔA,
MOVIMENTO LIVRES

Participante do Conselho Acadêmico do movimento liberal Livres, defende a manutenção do teto de gastos como forma de pressionar a aprovação de um ajuste fiscal, que passaria pela diminuição do Estado e, principalmente, pela Reforma da Previdência, para ajustar as contas públicas. O foco seria gerar um melhor ambiente aos negócios, menor inflação e menos intervenção estatal.

SISTEMA TRIBUTÁRIO

É contrário ao aumento de impostos como saída para controlar as contas públicas. É a favor de um ajuste fiscal rígido, respeitando diretrizes ortodoxas, com o objetivo de alcançar, então, uma redução da base tributária.

REFORMAS

Fala da necessidade de uma ampla Reforma da Previdência. Dessa forma, a União teria mais controle do orçamento e, assim, poderia liberar mais recursos a outras finalidades. Segundo ele, sem a reforma, a dívida pública se tornará insustentável e gerará grande pressão inflacionária.

PRIVATIZAÇÕES

É a favor das privatizações sem prejudicar o valor das estatais vendidas. O montante arrecadado não deve ser utilizado para cobrir rombos de curto prazo.

GUSTAVO FRANCO,
ECONOMISTA DO PARTIDO NOVO

Indica uma plataforma liberal que mire a redução do tamanho do Estado. Propõe um grande corte de despesas, sem onerar o contribuinte. Para ele, para escapar do endividamento crescente, é necessário um ajuste fiscal urgente a fim de recuperar um nível significativo de superávit primário.

SISTEMA TRIBUTÁRIO

Não pretende aumentar a carga tributária e quer, se possível, reduzi-la e simplificá-la. Ele não concorda com a implantação do imposto sobre lucros e dividendos e simpatiza com um regime simplificado ante o IR. Além disso, é a favor da criação de um único tributo sobre valor adicionado para substituir outros indiretos.

REFORMAS

Necessária, a Reforma da Previdência deveria instituir um sistema de quatro pilares: uma renda básica não contributiva; o INSS “tradicional”; um regime de capitalização obrigatório; e, por fim, um regime de capitalização voluntário.

PRIVATIZAÇÕES

Em princípio, seu projeto de privatizações atingiria todas as estatais, cabendo discussão sobre ajustes e velocidade. Para ele, Banco do Brasil já está pronto para ser vendido, enquanto outras empresas, como a Petrobras, precisam de moldagem antes de serem oferecidas ao mercado.

&



VOCÊ CONHECE O BRASIL?



VIVER E COMPREENDER O QUE ACONTECE AQUI É DESAFIADOR E ESSENCIAL. POR ISSO, **UM BRASIL** BUSCA ANÁLISES, PROMOVE DEBATES E CONVERSA COM ESPECIALISTAS DAS MAIS DIVERSAS ORIENTAÇÕES ECONÔMICAS, POLÍTICAS, SOCIAIS E CULTURAIS PARA ANALISAR TODA A COMPLEXIDADE E AS OPORTUNIDADES QUE VOCÊ SÓ ENCONTRA NO NOSSO PAÍS.

UM BRASIL

WWW.UMBRASIL.COM

  @CanalUMBRASIL

E AÍ, VAMOS PENSAR JUNTOS?

ACESSE UMBRASIL.COM

E VENHA PENSAR COM A GENTE.

INOVAR NO SETOR PÚBLICO: MELHOR ARMA CONTRA A CORRUPÇÃO

O movimento anticorrupção ocupou o centro do debate político brasileiro nos últimos anos. Desde o início da década de 2000, o País modernizou instituições de combate à corrupção, aprovando uma ambiciosa agenda de reformas. A responsabilização de pessoas jurídicas (Lei n.º 12.846/2013) e a regulamentação das delações premiadas (Lei n.º 12.850/2013) são os exemplos mais emblemáticos desse movimento, que, em perspectiva, inclui também o fortalecimento de órgãos de controle (como a Controladoria-Geral da União) e a aprovação da Lei de Acesso à Informação (n.º 12.527/2011), entre outros. Essas conquistas foram possíveis graças à construção de políticas públicas eficazes, à praticidade de profissionais públicos engajados e à mobilização de grupos da sociedade civil.

JOICE TOYOTA,
COFUNDADORA E
DIRETORA-EXECUTIVA
DO VETOR BRASIL

Avanços dessa natureza servem de inspiração e exemplo para a melhoria constante das instituições, mas a piora do quadro fiscal brasileiro alerta que há muito trabalho pela frente. É cada vez mais urgente avançar da atual luta contra os desvios ilegais para benefício próprio em direção ao combate sistemático de desperdícios gerados pela ineficiência do setor público. Chegou o momento de assumirmos, como sociedade, que essas perdas causadas pela má gestão são tão alarmantes quanto os desvios causados pela corrupção no Brasil.

Para aumentar a eficiência, porém, será necessário adotar uma mudança de postura e de estratégia por parte do governo. Nos últimos anos, o fortalecimento de mecanismos de fiscalização, de auditoria e de correção da gestão pública foi nossa principal resposta à corrupção. No entanto, se o controle é importante para conter desvios, o controle excessivo limita uma das principais ferramentas de combate à corrupção e de aumento da produtividade: a inovação.

Essa é uma agenda que se sobrepõe à polarização política e às discussões sobre o tamanho do governo. Ao mesmo tempo, ela depende de uma mudança cultural profunda, que promova a tomada de riscos, o reconhecimento de boas práticas e a simplificação administrativa. Essa transformação não é fácil, mas a minha experiência à frente do Vetor Brasil permite dizer que o “caminho das pedras” tem sido construído por várias mãos em todos os cantos do País.

Um primeiro passo para disseminar o comportamento inovador é aumentar a tolerância ao erro. Mas a aversão ao risco no setor público é profundamente enraizada. O Estado foi historicamente constituído para prover estabilidade aos cidadãos. Dizer “não sei se vai dar certo” ou “vamos testar” não é parte do vocabulário dos profissionais públicos. Para mudar esse quadro, eles precisam ser incentivados a experimentar novas soluções sem que sejam punidos por eventuais erros – desde que estes gerem aprendizado institucional.

Paralelamente, é necessário reconhecer e empoderar os profissionais inovadores e honestos que trabalham dia e noite para melhorar a entrega dos serviços públicos, apesar da corrupção e da fal-

ta de liderança que enfrentam em seus órgãos. Expor e humilhar os acusados de mau uso dos recursos públicos pode satisfazer desejos de justiça, mas contribui para estigmatizar o setor. O estigma torna ainda mais difícil a atuação dos bons profissionais, afastando-os do governo, o que acaba por facilitar a atuação dos corruptos e ineficientes.

Também é essencial entender que a eficiência e a inovação são frutos da simplicidade. A burocracia é resultado do acúmulo de regras que comprometem a capacidade de resposta do setor público. O governo precisa de mais liberdade para tomar decisões sobre a alocação de recursos e o desenho de políticas públicas. Para isso, os profissionais devem ser responsabilizados pelo resultado de seu tra-

balho, não apenas pelo cumprimento de procedimentos que guardam pouca ou nenhuma relação com a entrega de serviços melhores.

Por outro lado, é importante destacar que não só o governo é responsável por impulsionar a inovação no setor. A oferta de qualquer serviço público depende diretamente da compra de insumos da iniciativa privada e da sociedade civil, e a existência de um ecossistema de fornecedores de inovação para o Estado é indispensável para o aumento da eficiência e da produtividade no setor público. Toda a sociedade é beneficiada com a atuação de organizações, startups e negócios sociais capazes de oferecer serviços de impacto que potencializam a ação do governo, criando um mercado competitivo de inovação social.

Concluindo, os avanços institucionais das políticas de controle e transparência são conquistas de todos os cidadãos, mas o combate à corrupção deve ir além dos casos de polícia. É preciso aprender com a literatura e as experiências nacionais e internacionais que apontam eficiência e inovação como os melhores remédios contra os desvios, intencionais ou não. As eleições deste ano também são uma janela de oportunidade para a adoção de novas soluções para antigos problemas – e a sociedade civil tem um papel fundamental em fomentar propostas e candidaturas que coloquem a inovação pública no centro do debate político.

&

“Corrupção, peculato, fraude, são características que existem por todo o lado. É, lamentavelmente, a forma como a natureza humana funciona, quer queiramos ou não. O que economias bem-sucedidas fazem é mantê-las no mínimo. Ninguém alguma vez conseguiu eliminar qualquer dessas coisas.” Essa afirmação de Alan Greenspan, ex-presidente do Federal Reserve americano (Fed), baseia-se na célebre concepção de Thomas Hobbes de que o “homem é o lobo do próprio homem”.

AS EMPRESAS E AS NOVAS MEDIDAS CONTRA A CORRUPÇÃO

Ironicamente, se por um lado sua crença na natureza egoísta das pessoas encontra respaldo na história, Greenspan estava errado em acreditar que conseguiria manter sempre essa natureza humana sob controle. E foi justamente a certeza da autorregulamentação do mercado financeiro, contraditória à sua própria visão do ser humano, um dos fatores que levou à crise de 2007/2008.

Na verdade, se a história mostra momentos de egoísmo extremo, em outros, o ser humano demonstra extrema compaixão por seus semelhantes, o que nos torna nem lobos de nossa própria espécie, nem anjos ou bons selvagens, mas seres contraditórios, movidos pelas circunstâncias positivas ou negativas que surgem na vida de cada um.

Diante dessa nossa natureza contraditória, não resta outra alternativa para a organização da sociedade – especialmente em economias complexas como as das nações ocidentais – que não seja a proibição pela lei de condutas predatórias daqueles que possuem algum poder. Nesse sentido, em relação às práticas corruptas, às práticas desleais, especialmente considerando

o poder que as autoridades públicas e empresas possuem na vida das pessoas comuns, é impossível que haja o seu controle.

Com esse fim, a sociedade brasileira encampou as Dez Medidas Contra a Corrupção, que previam principalmente o aperfeiçoamento das leis penais e processuais penais, com o objetivo de tornar mais eficiente o combate aos crimes de corrupção. Infelizmente, essas medidas, apoiadas por mais de 2,3 milhões de cidadãos, foram sepultadas em uma noite pela Câmara dos Deputados.

Entretanto, se o velho modo de pensar ainda não morreu, é inevitável que o novo prevaleça. Dessa forma, sob a liderança da Transparência Internacional e apoiada por instituições como a Fundação Getulio Vargas (FGV) e o Observatório Social, novas medidas contra a corrupção foram apresentadas para a sociedade. Agora, o objetivo é transformar o apoio a essas medidas como um dos fatores principais para a escolha dos candidatos nas próximas eleições.

As chamadas “Novas Medidas contra a Corrupção” são bem mais amplas que as anteriores, incluindo também incentivos para o estabelecimento de programas de *compliance* efetivos pelas empresas. Assim, reconhecendo-se a importância das empresas para ambientes econômico e político mais limpos, são essas as convidadas a participar desse esforço da sociedade brasileira.

Compliance, portanto, veio para ficar, como um elemento essencial para o sucesso das empresas, mas também como um elemento importante para a preservação da imagem e da própria existência da empresa. Hoje, em tempos de Lava Jato, agir de modo ilegal, como foi descoberto pela operação, pode significar risco para a manutenção do negócio.

Aqui fica o convite para todos os setores econômicos apoiarem as Novas Medidas contra a Corrupção, bem como se engajarem efetivamente na implementação de programas de *compliance* efetivos, com engajamento de toda a organização, treinamentos constantes de todos os *stakeholders* e continuidade do compromisso com a honestidade e a transparência, pois, como vimos, é preciso sempre estarmos atentos à natureza humana.

&

ANTONIO JOSÉ PEREIRA, SUPERINTENDENTE DO HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Maio de 2018 ficará lembrado como o mês da paralisação dos caminhoneiros que provocou um efeito cascata sobre todos os setores. Vimos supermercados com gôndolas vazias, ruas das nossas principais capitais desertas em pleno horário de pico e a impossibilidade de realizar tarefas simples do cotidiano: escolas suspenderam aulas, fábricas fecharam portas. E a área da saúde? Essa não podia parar. Ainda que possamos ver essa crise como um momento crítico e, talvez, isolado, as lições que ela ofereceu são permanentes.

A falta de insumos hospitalares, como materiais cirúrgicos e medicamentos, podem significar danos graves para a saúde dos pacientes e, em casos mais agudos, levar à morte. No cenário de paralisia e desabastecimento que asfixiou o País naqueles dias, vimos algumas importantes unidades de saúde suspenderem seus serviços. Mas há caminhos para evitar que isso se repita em crises futuras similares.

Exemplo disso, e que poderia ser replicado em outras instituições do Sistema Único de Saúde (SUS) e mesmo privadas, o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de

São Paulo (HCFMUSP) lançou mão de recursos de gestão de crise e de uma infraestrutura apropriada para enfrentar a paralisação sem que seus pacientes fossem prejudicados.

Como pontos que poderiam ser replicados em outras unidades, vale destacar o comitê de crise instaurado durante a greve para reduzir seus efeitos sobre o hospital. Ele se reuniu diariamente durante a paralisação para avaliar o estoque de suprimentos, incluindo medicamentos e alimentação, e tomar todas as medidas possíveis para atenuar os efeitos da paralisação. Softwares de gerenciamento de crise permitiam a visualização online do que estava ocorrendo. Um trabalho em completa sinergia possibilitou que os problemas fossem previstos e resolvidos antes de comprometer o atendimento. Assim, todos os atendimentos dentro do complexo foram mantidos.

Mas isso não seria suficiente sem uma infraestrutura prévia que desse suporte a esse trabalho. Nesse sentido, o HCFMUSP realizou nos seis últimos anos uma mudança estrutural na forma com que adquire, controla o estoque e distribui seus insumos, incluindo um moderno centro de logística. Só assim – e com a profissionalização da gestão de leitos, prontuários eletrônicos e a adoção das medidas tomadas na crise – é que foi possível garantir os atendimentos de urgência e emergência e mesmo as cirurgias eletivas. O investimento em infraestrutura durante os períodos de normalidade é, portanto, fundamental para que, nos picos críticos, as unidades de saúde estejam preparadas para superá-los.

Áreas instáveis como o estoque do banco de sangue, com a Fundação Pró-Sangue, tiveram atenção especial e o resultado foi extremamente positivo, com uma campanha de comunicação bem-sucedida para que a população doasse sangue. Fica claro, assim, que é preciso falar corretamente tanto com o público externo quanto com o interno, principalmente nesses momentos. Da mesma forma, setores sensíveis, como a nutrição, conseguiram agir com velocidade e organização, garantindo o atendimento de pacientes e familiares.

Essa situação vale como uma lição para o SUS, que pode replicar o procedimento em outras unidades, provando que é possível ter uma gestão similar ou até superior às melhores instituições privadas. Há um SUS que funciona e no qual a população confia. É preciso fortalecê-lo sempre. Mas não se pode prescindir dos investimentos públicos necessários para que unidades como o HCFMUSP garantam o atendimento à população.

&

O SUS NÃO PODE PARAR

Tanto no setor público quanto no privado, os custos da saúde são altos para os atores do sistema. Quem paga a conta é sempre o cidadão, usuário ou não do sistema de saúde. Cabe a ele pagar os impostos dos quais é feito o orçamento do Sistema Único de Saúde (SUS). É ele que paga os produtos e serviços que as empresas fabricam e vendem e com os quais pagam os planos de saúde de seus funcionários. É ele que paga de seu bolso muitos dos medicamentos e alguns serviços que consome fora dos modelos tradicionais. De fato, é para o cidadão que os preços de um sistema que controla mal os seus custos crescem constantemente.

Cuidado preventivo: a meta a se buscar

ANA MARIA MALIK,
COORDENADORA
DO PROGRAMA
DE GESTÃO EM
SAÚDE DA FGV

O sistema é mais caro do que deveria porque ele se preocupa muito mais com a doença do que com a saúde, com o mal-estar do que com o bem-estar das pessoas, com os custos do que com os resultados. Os serviços têm mais competência em identificar problemas de saúde do que em manter saudáveis os indivíduos e as coletividades onde moram. Os custos da medicina privada parecem mais altos que os da pública porque eles impactam balanços periódicos, de organizações com ou sem finalidade lucrativa.

Por outro lado, não deveria importar tanto o custo, mas os resultados obtidos com os recursos gastos. Deveria ser possível aferir quanto custa não ter casos de febre amarela e quanto custa ter um ou uma centena. Não se sabe quanto custa uma morte evitável, seja de uma mãe que não fez seu pré-natal de maneira adequada, seja de um paciente cuja assistência demorou mais do que deveria. Como precificar complicações resultantes de procedimentos desnecessários, por mais que sejam bem-feitos? Ou, ainda, quanto vale um indivíduo diabético cuja visão foi preservada por um bom acompanhamento?

Não é o caso, no século 21, de se falar de preços, de custos, de gastos, de economizar, de gastar menos ou de fazer mais com menos recursos. Existem hoje modelos de assistência que permitem controlar a saúde de uma população e identificar precocemente o surgimento de agravos. Já é possível conhecer as melhores práticas para obter os resultados mais adequados da maneira mais eficiente. Desta forma, busca-se a garantia de melhor uso do (limitado) recurso existente.

Atualmente, mais do que cura – desfecho esperado para problemas agudos –, faz mais sentido buscar cuidado, que pressupõe uma visão de longo prazo, de vínculo do indivíduo com um profissional, com uma equipe, com um serviço ou com um sistema. Assim, não se trata apenas episódios de doença, mas de pessoas como um todo, com os agravos a sua saúde. Tudo isso pode ocorrer no SUS e/ou no centro de qualquer operadora de saúde, assumindo que a continuidade do cuidado seja uma meta a ser buscada. Aparelhos de telefonia móvel podem ser usados nesse caminho, para solucionar dúvidas, para controlar sinais vitais, para levar seus dados para os profissionais. Pode ser que isso não reduza os custos, mas certamente conduz a melhores resultados.

&

ENTENDER PARA MUDAR OS ELEVADOS CUSTOS

Já é consenso que os custos da saúde afligem o Brasil e o mundo. Efetivamente, há um processo global de encarecimento dos custos desse atendimento, ocasionado, essencialmente, pela maior longevidade das pessoas – algo muito positivo, mas que gera mais demanda de serviços de saúde – e pelo incremento de novas tecnologias, quase sempre adicionadas às anteriores.

A situação brasileira se agrava em virtude de falhas estruturais locais que potencializam a alta de custos. Apenas para se ter uma ideia dessa escalada, o índice de Variação do Custo Médico-Hospitalar (VCMH) – principal referência técnica mundial para apurar o comportamento de custos na saúde – cresce, no Brasil, há mais de uma década, sistematicamente acima de dois dígitos. Nos 12 meses encerrados em dezembro de 2016, último dado disponível, atingiu o patamar de 20,4%, o maior da série histórica, produzida pelo Instituto de Estudos de Saúde Suplementar (IESS).

LUIZ AUGUSTO CARNEIRO,
ECONOMISTA,
ATUÁRIO E
SUPERINTENDENTE
EXECUTIVO DO
INSTITUTO DE
ESTUDOS DE SAÚDE
SUPLEMENTAR (IESS)

O indicador é apurado com base nas despesas de operadoras de planos de saúde com consultas, exames, terapias, internações e outros gastos. Considera o valor por episódio (por exemplo, o custo por consulta) e a frequência de utilização (quantidade de consultas realizadas no período). Chama a atenção que, no exato instante que o VCMH/IESS batia seu recorde histórico, os planos de saúde acumulavam a perda de quase 2,8 milhões de beneficiários, caindo de 50,39 milhões de vidas, em dezembro de 2014, para 47,60 milhões, em dezembro de 2016, fruto principalmente do desemprego provocado pela crise econômica, pois em torno de 65% dos beneficiários têm plano de saúde em função da carteira assinada.

Uma vez que o ciclo de envelhecimento populacional é algo inevitável e sem volta, é necessário conhecer o que potencializa a escalada de custos da saúde no Brasil. A raiz do problema está no modelo de remuneração por serviços prestados, a chamada “conta aberta”, ou *fee for service*. Nele, os prestadores são incentivados a consumir o máximo possível de insumos, pois cobram taxas e comissões em cima do que é usado. Junta-se a isso a falta de transparência em todos os sentidos. Não há nenhuma exigência de que se torne pública as relações de interesse entre agentes – por exemplo, se um profissional de saúde foi remunerado por um laboratório ao indicar determinado exame –, tampouco para aferir e divulgar os indicadores de qualidade e segurança do paciente. Apenas com esses indicadores é possível avaliar a qualidade e a precificação justa dos serviços. Há também ausência de critérios técnicos e econômicos para incorporação de novas tecnologias ao sistema. Portanto, um sistema que remunera novos custos, incentiva o máximo consumo e, assim, absorve o desperdício nas suas contas, inevitavelmente incorre em custos explosivos de saúde.

O cenário tende a mudar a partir do momento em que houver políticas governamentais claras de exigência de transparência nesse setor e de mudança do modelo de remuneração. Para isso acontecer, quem paga essa conta, beneficiários e empresários, precisam se envolver nesse processo em favor da transformação. Essa tem sido a agenda que os países mais desenvolvidos aplicam nesse setor, contendo a alta de custos em saúde.

&



ENTRE FATOS E “FAKE NEWS”

MEDIAÇÃO ■■■■■
MARIA CRISTINA POLI ■■■■
FOTOS ■■■■■
CHRISTIAN PARENTE ■■■■

A PROXIMIDADE DAS ELEIÇÕES E O USO CRESCENTE DAS REDES SOCIAIS PARA A PROPAGAÇÃO DE CONTEÚDO ELEITORAL IMPÕE A ANÁLISE SOBRE AS CONSEQUÊNCIAS DAS *FAKE NEWS*, ALERTA PARA AÇÕES VIÁVEIS QUE COIBAM SEU SURGIMENTO E OS RISCOS DE VIRALIZAÇÃO NA INTERNET E NO MUNDO REAL. BÁRBARA LIBÓRIO E MARCELO TAS PARTICIPAM DESTA DEBATE PROMOVIDO EM PARCERIA COM O COLÉGIO MÓBILE.



Como funciona a agência de checagem Aos Fatos?

Bárbara Libório – Somos a primeira plataforma de *fact-checking* do Brasil. Trabalhamos com a checagem do discurso público, verificamos o que os políticos falam em entrevistas, redes sociais, discursos oficiais. Temos método bem transparente. A Aos Fatos, assim como as plataformas de checagem mais consolidadas do Brasil, faz parte de uma rede internacional de *fact-checking*, e temos que cumprir alguns pré-requisitos: passamos por auditorias anuais, temos que ser apartidários, checar todos os partidos, ser transparentes em relação à fonte de financiamento, às fontes que usamos, que são referenciadas para que os leitores possam fazer a checagem junto conosco. Nos discursos dos políticos, procuramos uma declaração que seja averiguável e vamos às fontes, que podem ser oficiais ou alternativas, para não ficarmos reféns de um discurso. Contextualizamos a informação, que pode ser verdadeira ou falsa, dependendo do contexto. Político fala que entregou cem creches em um mês, mas omite que a entrega deveria ter sido feita há dois anos. Seria muito mais fácil se a notícia fosse só verdadeira ou fal-

sa. Não é assim que funciona. Ela pode ser imprecisa, exagerada, insustentável – que é quando não conseguimos encontrar dados para checar –, ou contraditória.

As ferramentas têm responsabilidade pelo que veiculam?

Marcelo Tas – A mentira não foi inventada na era do Facebook, é coisa humana. Eu a colocaria na criação da escrita, 3,5 mil anos antes de Cristo. Ninguém é a favor da mentira para prejudicar a vida do outro, mas é bom lembrar que ela está inserida na natureza humana até como uma espécie de equilíbrio ecológico das relações. Temos de ter muito cuidado quando demonizamos as redes sociais e as ligamos às *fake news*, porque quem as espalha não são robôs, não são algoritmos. São pessoas. Pesquisa recente mostra que quem mais espalha *fake news* são grupos de WhatsApp de famílias. Essas pessoas não conhecem ferramentas [para identificar *fake news*]. Tenho uma tia que recebe uma notícia, por exemplo, de um ladrão que está tocando a campanha cinco vezes... Ela fica tão nervosa que espalha isso antes de qualquer coisa. Qual é a novidade? É a velocidade, a aceleração das coisas. Quem nasceu na [era

da] aceleração está mais preparado para essa velocidade. Geralmente, os jovens são criminalizados em relação às *fake news* porque usam muito a internet. É mentira! Adultos espalham mais *fake news* porque são de um mundo no qual os jornais e a televisão eram os donos da verdade, o que não é verdade! Jornalista produz muita *fake news*.

Se os jornalistas checassem melhor a informação, cruzassem as fontes, a agência de *fact-checking* teria esse espaço?

Bárbara – O *fact-checking* nasceu dentro das redações, e seria ótimo se continuássemos fazendo esse trabalho lá. Hoje, o grande combate é contra a indústria da *fake news*. Notícia falsa é mais barata, porque não tem checagem e dá dinheiro, dá clique. Você sabe que a notícia é falsa, mas clica porque quer saber do que se trata.

Como prevenir o tráfego de notícias falsas? Nos Estados Unidos, está em alta a educação para a mídia...

Bárbara – Não há como falar em *fake news* sem falar em educação para a mídia. Muita gente nos fala que estamos “enxugando gelo”, porque você checa uma notícia hoje,

amanhã vai aparecer outra. Talvez não existam jornalistas suficientes, mas todo mundo pode ser um apurador. Na dúvida, não compartilhe textos com muitos adjetivos, termos pejorativos, títulos com letras maiúsculas. Conferir a data é um passo rápido e muito importante porque as notícias falsas vão e voltam. A imagem está de acordo com o texto? São práticas simples que podem evitar o compartilhamento de mentiras.

Marcelo – Vivemos numa época em que os algoritmos nos empurram para os extremos. Por quê? Porque dá mais audiência. Isso não é novo. As manchetes dos jornais sempre puxaram para os extremos. Volto a falar da natureza humana: gostamos dos extremos, de saber de um fato extraordinário, de desgraça e ter o privilégio de contar primeiro. Sabendo disso, sugiro respirar. E respirar tem a ver com uma palavra linda que é “discernimento”. Você só vai ter filtro para ler o que está recebendo se praticar o discernimento. É muito difícil. Vivemos a tentação incrível de dar *like* ou *dislike*. Precisamos nos conhecer e nos assumirmos mais, [ficarmos] próximos da nossa natureza para resolver esse nó. Senão, vamos ficar colocando a culpa nos algoritmos, nas máquinas...



VOLTO A FALAR DA NATUREZA HUMANA: GOSTAMOS DOS EXTREMOS, DE SABER DE UM FATO EXTRAORDINÁRIO, DE DESGRAÇA E TER O PRIVILÉGIO DE CONTAR PRIMEIRO. SABENDO DISSO, SUGIRO RESPIRAR. E RESPIRAR TEM A VER COM UMA PALAVRA LINDA QUE É 'DISCERNIMENTO'.

MARCELO TAS

Que tipo de notícia é mais difícil de detectar como falsa?

Bárbara – A grande jogada da notícia falsa é não ter cara de falsa. É aquela coisa de “podia ser verdade”, não tenho certeza, mas acredito nela de bate-pronto. Vem num meme, tuite, mensagem do WhatsApp. O grande desafio é como vamos monitorar o que está sendo dito nos aplicativos de mensagens. Pesquisa da Aos Fatos mostra que 33% das pessoas consumiam notícias dentro das redes sociais e aplicativos de mensagens, outros 33%, por aplicativos de busca. Metade dos entrevistados disse que já tomou uma decisão, pequena ou grande, baseada em informação que depois viu não ser verdadeira.

Ampliando nossa conversa, é importante levar esse olhar crítico para o consumo de notícias para diferenciar o que é fato do que é opinião...

Marcelo – Sou otimista. Vejam todos os escândalos derivados de mentiras. Hoje, é fácil produzir notícia falsa ao mesmo tempo que é cada vez mais fácil pegar mentira com perna curta. Existe a possibilidade de checagem. Pela primeira vez na história do Brasil, temos pessoas sendo punidas por mentiras. E transparência, hoje, não é opcional. Tem políticos que dizem ser transparentes. Grande coisa! Transparência é parte do pacote.

O cenário de eleições aquece tudo isso...

Marcelo – O escândalo do desmascaramento da Cambridge Analytica com o Facebook aconteceu em velocidade inacreditável. Em novembro de 2017, eu estava em Lisboa num encontro de inovação em que o representante da Cambridge deu duas palestras disputadíssimas. Já no início deste ano, começaram os





rumores do Facebook, que cometeu dois erros primários: primeiro, não reconheceu o erro. Depois, demorou para admitir. O conceito de demora mudou muito. Antes, você errava no jornal e podia reconhecer uma semana depois. Hoje, é preciso reconhecer na hora. O dado da humanidade desses super-heróis que a gente construiu pode ser a saída dessa situação. Ninguém é super-herói, temos de falar isso claramente. Todos somos demasiadamente humanos, como disse Nietzsche.

Nesse contexto histórico, estamos num momento de total aprendizado...

Marcelo – O humor é fundamental nessa hora. Temos de rir de uma situação em que caímos numa *fake news* para não cair mais. No início da década de 1980, eu começava a fazer reportagens e criei uma *fake news*: operários que trabalhavam em prédios na Avenida Paulista estavam desaparecendo por causa da interferência das antenas. A intenção era chamar atenção para o fato de que é possível criar notícia absolutamente falsa e as pes-

soas caírem. O humor desarma os espíritos e mostra que nem sempre uma coisa é certa ou errada. Existem muitas nuances entre o certo e o errado. Você tem de levar as informações e ter distanciamento para relativizar, porque não existe cem por cento de certeza.

Já aconteceu de mudarem a classificação de alguma matéria em uma segunda checagem?

Bárbara – Sim, temos política transparente de erros. Avisamos que a matéria foi atualizada e indicamos o trecho.

Marcelo – A geração nativa digital está acostumada com isso. A geração anterior tem aquele fantasma da nota vermelha. O que quero dizer é que quando tornamos as coisas muito rígidas, colocamos uma ferramenta na mão das pessoas que pensam que têm o poder, no caso, os políticos. Existe um político que, inclusive, é candidato a presidente, que usa opiniões de quem é contra ele e diz “isso é *fake news*”. Estou falando do candidato Jair Bolsonaro, que me processou, no meu ponto

de vista, porque ele é homofóbico. Segundo ele, não posso ter essa opinião. O que me levou a ela foi uma entrevista que ele deu ao CQC, na qual diz isso com todas as letras. Ele fala “você manipularam a entrevista, produziram *fake news*”. Se a gente começa a levar *fake news* de forma muito rígida, “existe *fake news* e existe a pureza da verdade”, damos força para quem usa argumentos contra a opinião, alegando que é *fake news*. Ele produz *fake news* em cima da opinião do outro para evitar explicar por que tem ódio de pessoas pela sexualidade delas. Estou louco para que ele fale sobre isso na campanha eleitoral porque [procuradora-geral da República] Raquel Dodge falou claramente que ele não pode fazer esse tipo de afirmação. Todos temos o direito de ter a opinião de que Bolsonaro é homofóbico. Um fato recente embasa essa minha opinião. Um cara me viu no *Jornal da Cultura* e disse no Facebook que meus posicionamentos políticos mostravam com clareza que sou “escroto”, usou essa palavra. Não falou o que eu havia dito para ser rotulado assim, mas muita gente começou a concordar com ele. O que eu fiz? Primeiro, vi quem era essa pessoa. No caso, era um fofo, um cara com trabalho social em Paraty. Depois, abordei-o publicamente, chamando-o pelo nome, Davi, e no mesmo ambiente no qual me chamou de escroto. Perguntei qual era o argumento, o que eu havia dito no jornal. Quando você faz isso, é incrível o resultado. Na maioria das vezes, a pessoa se desarma. Foi o que aconteceu. Ele disse: “Nossa, Tas, não sabia que você ia ler meu comentário”. Não conseguiu lembrar o meu comentário e quando



“ Não há como falar em *fake news* sem falar em educação para a mídia. (...) você checa uma notícia hoje, amanhã vai aparecer outra. Talvez não existam jornalistas suficientes, mas todo mundo pode ser um apurador.

BÁRBARA LIBÓRIO

prometeu que ia prestar mais atenção para não espalhar coisas que não correspondem à verdade, um amigo dele disse: “Vai nada, você faz isso, nasceu pra infernizar”.

Como podemos aproveitar melhor essas ferramentas em tempos de eleição?

Bárbara – Tão perigoso quanto acreditar em tudo é não acreditar em nada. Não queremos que as pessoas se tornem mais cínicas, mas críticas. É muito importante empoderar o leitor para que ele faça a própria checagem. No site da Aos Fatos há manuais sobre como checar.

Estudante Nicolas Macedo – A proliferação de *fake news* tem relação com a identidade brasileira?

Marcelo – O brasileiro abraça a tecnologia rapidamente, e isso é positivo e facilita para nos virarmos diante dos problemas que ela gera. Temos de valorizar algumas palavras que são depreciativas no Brasil, como “gambiarra”, que é uma forma que encontramos de inclusão digital. Nas periferias, conseguir um smartphone é uma grande vitória. Diante da dificuldade de recursos para o acesso à internet, a saída pode ser ir a uma lan house ou café que tenha Wi-Fi.

Estudante Daniel Gerech – Tenho duas perguntas. A primeira é sobre eventos recentes, nos quais pessoas e instituições atacaram agências de checagem de fatos. Queria entender se são críticas válidas e como lidar com isso. A outra questão é: censurar *fake news* é necessário ou é, de alguma forma, uma violação à liberdade de expressão?

Bárbara – As ameaças e a pressão aconteceram via redes sociais. Procuravam algo que pudesse falar sobre a ideologia de cada jornalista, aspectos que não importam quando estamos falando de método jornalístico. Não nos intimidamos. Tudo pode ser questionado, desde que seja feito com informações verdadeiras. Não fazemos ne-

nhum tipo de censura, nada é retirado da plataforma.

Marcelo – Sou contra qualquer controle. Prefiro alguém que minta a ser proibido de falar. Quando há dano a alguém, usa-se a lei.

Estudante Isabela Yoshinaga – Qual é o método mais efetivo para se excluir da rede social uma notícia falsa?

Bárbara – O Facebook já tem a opção para que o usuário possa marcar uma notícia como potencialmente falsa. As agências vão checar e, se for falsa, o alcance é reduzido. Você consegue compartilhar, mas é avisado que o conteúdo é falso. Um dia depois da morte de [vereadora] Marielle Franco, havia muita *fake news*. Na sexta-feira, checamos todas. Foi o dia que tivemos mais acessos, o site até caiu. Depois, a FGV fez um gráfico mostrando, em uma linha, o compartilhamento de notícias falsas e, em outra, o combate a elas. No sábado, a trajetória do combate ultrapassou as *fake news*, que começaram a cair. É trabalho conjunto de checagem e das pessoas compartilhando que a notícia é falsa. Não se pode pecar por omissão, se você vê no seu *feed* que determinada notícia é falsa, vale colocar o link da checagem mostrando que aquilo não é verdadeiro. Isso vai ter impacto.

Marcelo – Não tem como tirar notícia. Tem político que diz que vai tirar o nome do Google. Isso não existe. O que existe é a construção de credibilidade que cada um, mesmo que não seja jornalista, está fazendo sem saber. Não é o número de seguidores que indica quem é relevante, e os anunciantes já perceberam. Às vezes, você tem milhões de seguidores, mas zero engajamento e, portanto, não tem relevância.

Como entram os robôs nesse processo?

Bárbara – Não podemos ter tanto medo da tecnologia. Se os robôs podem ser usados para o mal, vamos dar um jeito de usá-los para o bem. Estamos trabalhando com a Fátima, nosso robô averiguador no Messenger. No Twitter, temos outro, que envia o link da checagem.

Estudante Ramon Kanj – Olhando pelo lado otimista, de certa forma, não foi bom haver essa polêmica em torno das *fake news* para que se reflita que elas existem há muito tempo e não eram notadas?

Marcelo – Hoje, com a mesma rapidez que a mentira se espalha, você pode checá-la. Vladimir Putin exerce controle forte, é bom de mídia, mas é da era digital. Havia uma imagem dele em uma marcha contra a homofobia na Rússia. Ele deveria ter ficado orgulhoso, mas declarou ilegal compartilhar aquela imagem nas redes sociais. O que aconteceu no minuto seguinte? Os memes mais engraçados da internet. Temos de celebrar essa liberdade de expressão. E entender que, ao usá-la, temos responsabilidades, porque, quando você publica algo e causa dano a alguém, está causando dano a uma pessoa de carne e osso.

&

UM BRASIL é uma plataforma multimídia composta por entrevistas, debates e documentários com grandes nomes dos meios acadêmico, intelectual e empresarial. O conteúdo desses encontros aborda questões importantes sobre os quadros econômico, político e social do Brasil.

Saiba mais em www.umbrasil.com



Todas as entrevistas estão disponíveis na íntegra em vídeo. Acesse o QR Code pelo celular ou visite www.umbrasil.com

A eleição do desencanto

Mais de 144 milhões de brasileiros estão aptos a votar nas eleições deste ano. Entretanto, há um manto cinzento embaçando a visão nesse percurso final até as urnas: eleitores revoltados, perdidos ou céticos com o Estado em que se encontra o sistema político do País. Por isso, a grande maioria continua reticente sem saber em quem votar para presidente da República, a mais importante das eleições.

Pesquisas mostram que 65% dos eleitores ainda não escolheram um candidato, embora as pré-candidaturas estejam lançadas desde o início do ano: 46% dos entrevistados não se decidiram, e 19% não pretendem votar em ninguém.

São, portanto, 93,6 milhões de brasileiros que ainda se dividem entre a indecisão e o não voto, representado por abstenção, nulos e brancos. É a resposta da sociedade a um sistema político viciado que abusou da paciência dos brasileiros, seja pela corrupção desenfreada, seja pelo trabalho que parlamentares executam no Congresso, em geral, de baixa qualidade e, em boa parte, em causa própria.

O eleitorado se mostra apático e indiferente, a denotar a descrença na capacidade da política em arrumar as alternativas adequadas à retomada do desenvolvimento. A par do abismo que se observa entre a esfera política e a sociedade, a polarização que, por décadas, baliza o discurso de entes partidários ameaça acirrar os ânimos de militâncias, expandindo o ódio e produzindo estocadas recíprocas entre grupos, dando guarida ao apartheid social.

Os horizontes eleitorais se mostram nebulosos, sob a sombra de indefinições tanto quanto aos protagonistas que ascenderão ao segundo turno quanto às efetivas condições de governabilidade daquele que conseguir chegar ao pódio. E as razões são muito claras. Faltam aos perfis

que se apresentam com maior força competitiva bases políticas para garantir apoio congressional.

Esse será o grande desafio do próximo governante. Conseguirá juntar forças políticas capazes de lhe garantir uma base de governabilidade? O fato é que o pleito deste ano deixa um oceano de interrogações.

As maiores parcelas populacionais, tanto das margens quanto do centro, mostram-se desencantadas, não acreditando que as eleições possam recolocar o País de volta à trilha dos desenvolvimentos econômico e social. E tem razões de sobra para isso, se tomarmos como exemplo os últimos esforços do Congresso Nacional em suas recentes votações. Senadores e deputados provaram total irresponsabilidade fiscal e o completo desprezo pela população ao aprovar projetos que aumentam os gastos públicos em mais de R\$ 100 bilhões, medidas em geral dirigidas a grupos específicos, objetos de lobbies poderosos. Nenhum projeto voltado ao bem-estar da população.

Ao contrário, aprovou-se uma mudança na Lei n.º 13.303/2016 (Lei de Responsabilidade das Estatais), abrindo caminho para a volta de indicações políticas a diretorias e conselhos de administração de empresas públicas. Libera, assim, a nomeação de dirigentes partidários e familiares para o comando das estatais. A lei pretendia profissionalizar essas empresas, sempre deficitárias. Fica claro que a esfera política não quer abrir mão de benesses.

Esse é o pano de fundo que explica o ceticismo da sociedade. Na verdade, tudo o que ela gostaria de ver era os políticos desfraldando a bandeira da ética. Não será desta vez.

O Brasil está cansado de seus descaminhos. A República carece de novos fundamentos para resgatar os clássicos valores da democracia. Daí a necessidade de sua refundação. O País há de promover profunda e urgente Reforma Política para acabar com os péssimos costumes. Essa é uma bandeira que a Seccional Paulista da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SP) encampa. Só com a eliminação das mazelas que infestam nossa cultura política que poderemos viver um pleno Estado democrático de direito.

&

MARCOS DA COSTA,
PRESIDENTE
DA SECCIONAL
PAULISTA DA ORDEM
DOS ADVOGADOS
DO BRASIL (OAB)

COMBATE À BUROCRACIA E FACILITAÇÃO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

ROBERTO AZEVÊDO,
DIRETOR-GERAL DA
ORGANIZAÇÃO MUNDIAL
DO COMÉRCIO (OMC)

A burocracia é um custo invisível no comércio. Especialmente em um mundo de cadeias produtivas globalizadas, insumos e produtos cruzam fronteiras várias vezes antes de chegarem ao consumidor final. Procedimentos como trâmites aduaneiros, anuências e formalidades administrativas excessivas, que delongam e encarecem esse fluxo, penalizam produtores, comerciantes, trabalhadores e consumidores, prejudicando a economia como um todo.

No Brasil, isso também é uma realidade. Segundo estudo da Confederação Nacional da Indústria (CNI), o excesso de licenças, procedimentos e de órgãos envolvidos no comércio exterior brasileiro custou cerca de US\$ 140,21 bilhões em 2017. E as pequenas empresas são as mais prejudicadas. Incapazes de absorver esses custos, não conseguem se integrar às cadeias globais de valor.

Mas o desafio não é apenas brasileiro. Facilitar e desburocratizar o comércio são preocupações em nível mundial. Nos últimos anos, a comunidade internacional deu passos importantes nessa batalha. Em 2013, foi assinado o Acordo de Facilitação de Comércio (TFA, na sigla em inglês) da Organização Mundial do Comércio (OMC). Foi o primeiro acordo global celebrado por todos os membros da organização. O Brasil está entre os primeiros países a ratificar o acordo, ajudando a garantir sua entrada em vigor – o que ocorreu em fevereiro de 2017. Importantes parceiros comerciais do País também participam, como Estados Unidos (EUA), União Europeia, China e Argentina.

O objetivo primordial do TFA é tornar normas e procedimentos aduaneiros mais uniformes, transparentes e eficientes, evitando a burocracia excessiva. Isso traz benefícios econômicos concretos para todos os participantes. Segundo estimativas da OMC, a implementação do acordo deve reduzir os custos das operações comerciais em 14,3% em média, o que teria um efeito maior do que a eliminação de todas as tarifas de importação hoje existentes em todo o mundo. Os tempos para os trâmites aduaneiros também devem diminuir em até 91%, para exportações, e 47%, para importações. Com isso, prevê-se que o acordo deva gerar US\$ 1 trilhão de comércio por ano.

Para que esses benefícios se tornem realidade, os países participantes devem trabalhar para colocar em vigor as reformas previstas pelo Acordo. O Brasil tem dado passos importantes nessa direção. Por exemplo, a implementação de apenas uma das medidas previstas pelo acordo – a Janela Única de Comércio Exterior – já está reduzindo o prazo médio de exportação de 13 para 7 dias. Na importação, deverá reduzir de 17 para até 10 dias.

Segundo o governo brasileiro, a expectativa é de que o portal acrescente US\$ 24 bilhões ao produto interno bruto nacional no primeiro ano de funcionamento, e em torno de US\$ 75 bilhões até 2030. Reformas importantes têm sido feitas, mas, como em todos os países, há espaço para fazer mais.

Especialmente num momento de incertezas no cenário global, instrumentos que garantam fluidez, previsibilidade e transparência das regras e procedimentos de comércio são vitais para viabilizar os negócios – no Brasil e no mundo afora. O TFA é um exemplo claro disso. Mas devemos fazer mais. Tornar o comércio internacional mais eficiente e inclusivo requer trabalho constante. Todos têm um papel aqui – setor privado, governos e organizações internacionais. A OMC está empenhada em contribuir para esses esforços.

&

REFORMAS NECESSÁRIAS PARA AMPLIAR PRODUTIVIDADE

OTAVIANO CANUTO,
DIRETOR-EXECUTIVO
DO BANCO MUNDIAL;
AS OPINIÕES EXPRESSAS
NESTE TEXTO
SÃO DO AUTOR

Aumentos sustentados de produtividade são fundamentais em qualquer experiência de crescimento econômico inclusivo. Sem eles, a elevação de rendimentos reais dos trabalhadores tende a conflitar com a competitividade externa e a obtenção de taxas mínimas de retorno com investimentos. Também evitam que a arrecadação de tributos para financiar gastos públicos em infraestrutura e em políticas sociais se torne uma carga excessivamente pesada.

O problema fundamental enfrentado pela economia brasileira em sua história recente tem sido justamente uma anemia de aumentos de produtividade. O País teve ganhos de produtividade na faixa de 3,5% ao ano de 1950 a 1980, e a partir daí a média anual caiu para 0,5%. ▶▶▶

▶▶▶ Mesmo os progressos social e econômico brasileiros nos anos anteriores à crise, a partir de 2014, foi alcançado sem grandes aumentos na produtividade. Segundo dados do Banco Mundial, a evolução demográfica – expansão da parcela em idade ativa na população – e o conseqüente crescimento da força de trabalho foram responsáveis por 1,1 ponto percentual do crescimento anual do produto interno bruto (PIB) entre 2002-2010. Em paralelo, o aumento da participação na força de trabalho, especialmente de mulheres, contribuiu com cerca de 0,6 ponto percentual.

Como a taxa de investimentos como proporção do PIB se manteve igual ou inferior a 20%, não surpreende que o crescimento do estoque de capital físico – máquinas e equipamentos, construção – tenha contribuído apenas com cerca de 0,9 ponto percentual ao ano na ampliação do PIB. Olhando-se pela produtividade do trabalho, que inclui tanto os ganhos com a intensificação do capital como melhoras no uso do conjunto de fatores de produção, o Brasil ficou para trás em relação à maioria de seus pares durante o período.

Como mudar essa trajetória? Uma fonte óbvia de ganhos sistemáticos de produtividade viria de uma melhor educação, inclusive corrigindo as falhas em matemática básica e leitura e escrita no nível fundamental. Uma segunda e mais imediata seria a infraestrutura. Efeitos negativos substanciais em termos de desperdício de recursos (tempo de trabalho perdido, má alocação de verbas, perdas de produto etc.) derivam do investimento insuficiente em infraestrutura e de más condições de fornecimento de energia e de conectividade, como nas áreas de transporte, logística e tecnologias de informação e comunicação. Para que se tenha uma ideia, o Banco Mundial estima que, para simplesmente manter a infraestrutura existente, o Brasil precisa gastar pelo menos o equivalente a 3% do PIB por ano. Acontece que, desde 2000, a média tem sido de 2,5%.

Além disso, ganhos de produtividade horizontais poderiam ser alcançados no setor privado com a melhoria do ambiente de negócios. O relatório Doing Business, elaborado anualmente pelo Banco Mundial para 190 países, vem indicando, ano após ano, como uma típica empresa brasileira é obrigada a gastar recursos humanos e materiais em atividades que não geram valor. As conseqüências negativas são de três tipos: subtraem produtividade das empresas e do conjunto de recursos produtivos na economia; estimulam a informalidade; e tolem a concorrência, uma vez que elevam barreiras à entrada e à

contestabilidade dos mercados. Não por acaso, o Brasil é campeão na sobrevivência de empresas menos eficientes nos vários setores.

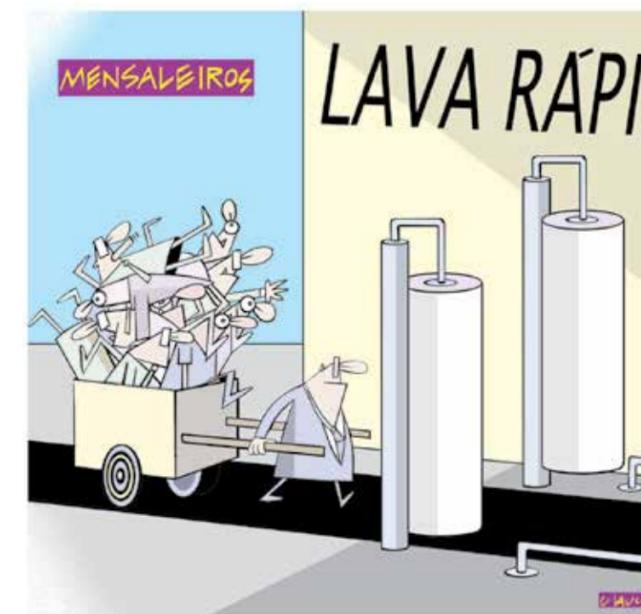
O ambiente de negócios brasileiro é especialmente hostil para investimentos e aprendizagem tecnológica obtidos por meio do comércio exterior.

Barreiras comerciais e outras políticas públicas fazem do País uma das economias mais fechadas comercialmente do mundo. Também afeta negativamente a produtividade e o crescimento nacional por causa de suas conseqüências sobre o acesso ao financiamento para investimento. O financiamento de longo prazo na economia brasileira é algo peculiar. De um lado, agentes privados têm seus portfólios compostos primordialmente por títulos públicos, que compõem mais de 70% dos recursos administrados por gestores de ativos. De outro, o setor público foi, no passado recente, a principal fonte de financiamento de longo prazo para o setor privado. Entre 2007 e 2015, o portfólio do BNDES aumentou de R\$ 242,5 para R\$ 677,7 bilhões, o que foi possível com base em repasses de poupanças públicas compulsórias e de títulos da dívida pública emitidos pelo Tesouro.

Como o BNDES teve sua fonte de recursos fechada pelas restrições fiscais a partir de 2015, a economia brasileira precisará de substanciais investimentos – inclusive em infraestrutura, como observamos – para voltar a crescer. Então, uma nova estrutura de financiamento de longo prazo se faz necessária, na qual a transferência de recursos entre investidores e tomadores de recursos ocorra significativamente entre agentes privados.

Erguer esse novo edifício exigirá pilares fiscais e um melhor ambiente de negócios. Antes de tudo, o setor público terá de reduzir seu apetite na captação de recursos. Mesmo com o cumprimento do teto de gastos estabelecido na Constituição em 2016, a dívida pública continuará subindo como proporção do PIB nos próximos anos antes de começar a encolher. As taxas reais de juros pagas pelos títulos de dívida pública, um piso para o retorno requerido de ativos privados, terão de descer dos patamares elevados em que se encontram. Apenas uma trajetória fiscal sustentável de médio e longo prazos poderá reduzir os prêmios de risco da dívida pública.

Já um segundo pilar para a nova estrutura de financiamento privado também deverá estar em reformas do ambiente de negócios que atenuem fatores de risco sistêmicos para o setor privado brasileiro, os quais, por sua vez, levam investidores a cobrar um prêmio elevado em relação aos juros da dívida pública na aquisição de ativos privados. Um exemplo está no atual regime de falências, cuja reforma tramita no Congresso. Segundo dados do Banco Mundial, enquanto no Brasil o tempo médio de resolução de uma situação de insolvência leva quatro anos, a média é menor na América Latina e nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico



(OCDE), que fica em três e dois anos, respectivamente. No Brasil, credores recuperam 16% de cada real investido, ao passo que a média é de 31% e 73%, respectivamente, na região e na OCDE.

Cabe, de forma complementar, uma agenda para reduzir “assimetrias de informação”. Um passo recente nessa direção foi a unificação dos registros de garantias, dificultando seu uso em múltiplas operações de crédito. Na mesma direção, pode-se apontar o acesso automático ao “cadastro positivo” de crédito de clientes para melhor avaliar os riscos dos bons pagadores.

Incrementos de produtividade, investimentos e crescimento econômico no Brasil serão mais fáceis de se alcançar com a realização de reformas no ambiente de negócios.

&

P Regulamentação do lobby, medida essencial

EVA RENON
DOUTORANDA EM
CIÊNCIAS POLÍTICAS
NA UNIVERSITY
COLLEGE LONDON
(UCL), INSTITUTO
DAS AMÉRICAS

Podemos definir o lobby como um processo de conversação público-privada inserido em sociedades democráticas e seus desafios econômicos. Nesse contexto, essa atividade tanto pode contribuir para ajudar os políticos a obter um melhor senso de realidade enquanto compartilham dados quanto para promover os estreitos interesses de negócios poderosos. Portanto, a corrupção é uma manifestação desviante e criminoso do lobby, em que atores públicos e privados colocam em primeiro lugar o interesse pessoal – dinheiro para evitar que uma lei seja aprovada, a oportunidade de pagar menos impostos ou conseguir contratos públicos – desrespeitando o que poderia ser uma decisão melhor para “99%” da sociedade. Na ausência de uma regulação que promova a transparência dessa atividade, não há como distinguir a forma positiva do lobby da outra – a negativa.

No Brasil, iniciativas visando a essa regulação andam a passos lentíssimos. Um exemplo é o Projeto de Lei n.º 1202/2007, apresentado pelo deputado Carlos Zarattini (PT), que tramita na Câmara dos Deputados há mais de uma década e pretende estabelecer regras para a atuação dos grupos de pressão no âmbito dos órgãos e entidades da administração pública federal. Até o fechamento desta edição, ele aguardava na fila para votação em Plenário.

A intenção da proposta é contribuir para que a sociedade tenha mais controle sobre a atividade, limitando a conduta dos lobistas e dos servidores públicos para evitar abusos e conflitos de

interesse. Entretanto, o substitutivo da relatora, a deputada Cristiane Brasil (PTB-RJ), introduziu algumas mudanças na proposta inicial que limitam esse alcance. Uma delas foi retirar a obrigatoriedade do cadastro nacional de lobistas, que seria público e permitiria que a população pudesse ajudar no controle do exercício da atividade. O registro online e a divulgação das reuniões pelo mesmo modelo são essenciais para prevenir operações fora da lei.

Bem regulamentado e transparente, esse canal de participação seria valioso para associações empresariais menores, que, apesar de representarem o maior segmento do setor de negócios do Brasil, não estão bem representadas no processo de formulação de políticas. Por meio do lobby, sua voz poderia contrabalançar interesses mais poderosos e mais restritos, desafiando-os no Congresso. Para que isso aconteça, a regulamentação do lobby deve criar espaço para a representação política das associações empresariais menores, sem recursos e profissionalização, ao mesmo tempo que suaviza a influência de associações ou empresas maiores e mais ricas.

Como? Com registro obrigatório barato, acessível a instituições como sindicatos e associações setoriais – e proibindo-se o registro das empresas –, para evitar beneficiar as maiores em detrimento das menores. A ampla divulgação das reuniões deve informar qual lobista participa de eventos informais na preparação das comissões (workshops); qual lobista fica em cada comissão; se o lobista foi convidado pelos legisladores para contribuir como representante da sociedade ou se ele pediu para participar. Essas medidas reduzem custos para governos e pequenas associações e tornam os dados amplamente disponíveis para acadêmicos e público em geral.

Esse também poderia ser um canal importante para os sindicatos patronais locais, enfraquecidos com a Reforma Trabalhista (Lei n.º 13.467/2017), que tornou as contribuições financeiras das empresas opcionais. Entidades representativas dos setores econômicos, como a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e a Confederação Nacional da Indústria (CNI) poderiam organizar cursos de capacitação para articular demandas setoriais claras e realizar monitoramento legislativo.

&

A TRANSPARÊNCIA É O CAMINHO

O reconhecimento oficial da profissão de relações institucionais e governamentais (RIG) pelo Ministério do Trabalho (MT), que a incluiu, em fevereiro deste ano, na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), começou a mudar de forma definitiva os rumos do antigo lobby. Na definição do MT, os profissionais de RIG:

“... atuam no processo de decisão política, participam da formulação de políticas públicas, elaboram e estabelecem estratégias de relações governamentais, analisam os riscos regulatórios ou normativos e defendem os interesses dos representados”.

O reconhecimento da profissão também deverá contribuir para afastar as suspeitas que ainda pairam sobre a relação entre o setor público e a iniciativa privada.

Além de reconhecer os profissionais de RIG, a CBO definiu ainda 91 competências sobre nossa atividade, tornando-a uma das mais complexas entre mais de 2,5 mil reconhecidas pelo governo brasileiro.

Uma vitória, sem dúvida, não só para aqueles que, de forma ética, transparente e profissional, militam nessa atividade, mas também para toda a sociedade brasileira.

Para a Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig), quanto mais transparência houver na relação entre o público e o privado, melhor. Por isso, participamos ativamente da discussão do Projeto de Lei n.º 1.202, de autoria do deputado Carlos Zarattini (PT-SP), que propõe a regulamentação da atuação dos profissionais de RIG.

Ao participar dos debates sobre a regulamentação de nossa atividade, a Abrig sempre se colocou à disposição para esclarecer dúvidas sobre o mercado no qual atuamos e trabalhou para que o Brasil pudesse propor uma regulamentação que possa vir a ser referência mundial. Podemos atestar que o texto, que está prestes a ser votado no Plenário da Câmara, mantém sintonia com os valores e atribuições defendidos pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e pela Transparência Internacional.

A quase totalidade das nações desenvolvidas já aprovaram leis e regramentos nesse sentido. Chegou a hora de o Brasil se unir a esses países, desmistificando o tema e fomentando o diálogo positivo e propositivo entre sociedade e Estado.

Acreditamos que nossa atividade deva estar em sintonia com os interesses da sociedade e que nossos profissionais estejam cada vez mais capacitados para exercerem suas atividades, que vão muito além da defesa formal de um pleito. Estamos preparados para apresentar estudos, pesquisas e levantamentos dos impactos econômicos e sociais de cada uma de nossas discussões para que, de forma ética e transparente, possamos levar aos tomadores de decisão o máximo de informação sobre determinada política pública.

Foi com esse espírito que promovemos, em parceria com os Correios e o Instituto Euvaldo Lodi (IEL), a I Conferência Internacional de Logística e Inovação. Realizada em maio passado, a conferência deu o pontapé inicial a um plano ainda mais ambicioso da Abrig: a criação do Instituto Internacional de Políticas Públicas, ambiente no qual desejamos reunir especialistas, estudiosos e interessados num Brasil melhor para fazer a ponte entre a expectativa da sociedade e as ações governamentais.

GUILHERME CUNHA COSTA,
PRESIDENTE DA
ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA
DE RELAÇÕES
INSTITUCIONAIS E
GOVERNAMENTAIS
(ABRIG)

N

No fim da década de 1990, o grande bicho-papão da internet era o spam. Aqueles e-mails que diariamente entupiam nossas caixas de entrada, oferecendo viagens paradisíacas, remédios para emagrecer e descontos apelativos para compra de produtos que jamais usaríamos. Lixo virtual que atrapalhava a leitura dos correios eletrônicos verdadeiramente importantes. Em geral, os spams traziam links e botões que nos remetiam a sites capazes de sequestrar dados pessoais e, por exemplo, clonar cartões de crédito.

Hoje, o que incomoda na internet são as notícias falsas. A boataria que vem pelas redes sociais e pelos aplicativos de celular. “Notícias” comumente acompanhadas de vídeos, fotos e áudios. Um novo tipo de lixo virtual que, assim como os spams, busca dialogar com nossos desejos, crenças e gostos atrás de um clique ou um compartilhamento.

Então, se há paralelos entre os spams e as *fake news*, se ambos estão na esfera virtual, atrapalham o acesso à informação de qualidade e usam técnicas de sedução parecidas, por que não nos debruçamos sobre as soluções usadas lá atrás para combater as *fake news*?

Na época em que os spams reinavam, três forças da sociedade se uniram contra eles. A imprensa noticiou sua existência e seu impacto corrosivo. Os parlamentares criaram leis como a que tornou obrigatório o campo de descadastramento ao pé dos correios eletrônicos de caráter comercial. As empresas de tecnologia criaram artificios como filtros, caixas e abas especiais para que os spams

DO SPAM ÀS NOTÍCIAS FALSAS

CRISTINA TARDÁGUILA,
DIRETORA DA AGÊNCIA LUPA

ficassem longe dos nossos olhos, cada vez mais inócuos e invisíveis.

Por que não repetimos a dose? A imprensa ficaria responsável por apontar e desmontar as *fake news*. O *fact-checking*, esse modelo de jornalismo que existe nos Estados Unidos há quase 30 anos e que busca checar o grau de veracidade das informações que circulam, precisaria ganhar mais espaço e protagonismo. Quem sabe chegar à televisão?

E que tal se deputados e senadores se juntassem para tornar obrigatório o ensino de *news literacy* nas escolas e universidades do Brasil? *News literacy*, mais um anglicismo sem boa tradução para o português, é essencialmente a capacidade de o indivíduo reagir com certo ceticismo diante de uma “notícia” recebida – seja por meios físicos, seja por meios digitais. A capacidade de respirar e pensar criticamente sobre aquilo que leu, viu ou ouviu na internet, antes de passar adiante como se da verdade se tratasse. E isso precisa ser trabalhado desde cedo. A partir da escola.

Desde abril de 2017, a Agência Lupa, empresa de checagem de fatos que dirijo há três anos, dedica-se a educar cidadãos para que eles próprios chequem a veracidade das “notícias” que recebem. Em 12 meses, tivemos mais de 3 mil alunos espalhados por todo o País. No segundo semestre de 2018, o LupaEducação fará uma turnê de *news literacy* em escolas de ensino médio públicas e privadas. Queremos mostrar aos adolescentes de 16 a 18 anos que é rápido e fácil colocar à prova uma foto. Queremos pontuar que textos antigos têm sido requentados nas redes como se de hoje fossem. Queremos destacar que os produtores de notícias falsas costumam usar URLs bem estranhas para conquistar um clique e que dificilmente têm em seus sites uma seção do tipo “quem somos”.

E o que podem fazer as plataformas digitais? Podem mobilizar desenvolvedores para dar alcance e escala ao *news literacy*. Em março deste ano, a americana Campbell Brown, atual diretora de parcerias em notícias do Facebook, veio ao Brasil para falar sobre o que a plataforma de Mark Zuckerberg vem fazendo para combater às notícias falsas. *News literacy* para crianças e jovens foi um dos tópicos que listou.

&

Desinformação e redes sociais

Em setembro de 2016, uma reportagem de capa da revista semanal inglesa *The Economist* anunciava a era da “pós-verdade”. As coisas da política não primavam pela verdade naquele ano. A campanha eleitoral que levou Donald Trump à presidência dos Estados Unidos, como ficaria muito claro nos anos seguintes, vinha sendo abastecida em grande parte por notícias fraudulentas. Entre os absurdos produzidos pela máquina eleitoral, foi “noticiado” que Barack Obama não era americano e que o bilionário tinha o apoio do Papa Francisco na eleição. A campanha virou caso de polícia. Mais recentemente, várias investigações para avaliar uma possível ação de hackers russos na difusão de *fake news* que interferiram no resultado eleitoral deixaram a situação de Trump cada vez mais difícil. Google e Facebook admitiram a presença de dinheiro da Rússia na distribuição de mensagens, posts e relatos inverídicos em sua campanha.

Diante disso, o Estado brasileiro não deve ignorar os riscos representados pelas notícias falsas. Não foi surpresa quando, em 2018, para combatê-las, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) instaurou o Conselho Consultivo sobre Internet e Eleições. A iniciativa não é ruim, mas comporta novos riscos, alguns deles ainda mais sérios que os trazidos pelas *fake news*.

O mais grave desses novos riscos é que as autoridades venham a cair na tentação de adotar medidas restritivas de liberdade. Se uma sociedade depende do Estado para traçar a linha divisória entre o que é mentira e o que é verdade, essa sociedade se afasta da rotina democrática e do Estado de Direito e ingressa perigosamente nos pesadelos distópicos de obras como *1984*, de George Orwell, em que o Ministério da Verdade, ou Ministério das Ideias, decreta o desaparecimento das notícias e dos relatos considerados falsos pelo Estado.

Ao lado do risco de desvios autoritários, abre-se a possibilidade de deterioração da cultura política. Se o Estado embarca em um discurso de controle excessivo e de fiscalização dos debates da sociedade civil, pode haver um recrudescimento das mentalidades propensas à intolerância e simpáticas a soluções de força.

O Exército participa do esforço liderado pelo TSE. A participação é compreensível, pois a segurança nacional deve ser um dos tópicos das preocupações do Estado nessa matéria. Por outro lado, as Forças Armadas não se especializaram em defender e respeitar o direito à informação de que todo cidadão é titular. Basta lembrar que, durante os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade – instalada pela então presidente da República Dilma Rousseff –, as Forças Armadas se recusaram a fornecer dados sobre o que se passou com os torturados, assassinados ou “desaparecidos” pela ditadura militar brasileira. Não respeitaram o direito à informação da sociedade.

Agora, quando estamos numa democracia, todo esforço de combate às *fake news* deve começar pelos fortalecimentos da liberdade de expressão e do direito à informação. Fora disso, a democracia perderá terreno. Torçamos para que as medidas do Estado nesse assunto deem prioridade às liberdades e não encampe soluções autoritárias.

EUGÊNIO BUCCI,
JORNALISTA
E PROFESSOR
DA ECA-USP

&

LIVRO, um passaporte para a liberdade

Há 18 anos, recebi a primeira carta de um detento. Vinha de um presídio de São Paulo e pedia livros para a biblioteca que ele estava formando na instituição. Não tanto quanto o remetente, chamou-me a atenção a epígrafe com a qual ele começou a carta: “A literatura é irmã gêmea da liberdade”.

Encanta-me a metáfora. Ela dá ao livro o status de um passaporte para o futuro. Esse é o motor de inúmeros projetos de remissão de pena pela leitura que se multiplicam em presídios brasileiros nos últimos anos. Quanto mais é capaz de ler, mais o leitor reflete e produz a experiência de leitor e, portanto, menos dias ficará preso. Por isso, mesmo antes de a remissão da pena pela leitura ser amparada pela lei, senti-me atraído a trabalhar com o desafio da leitura no cárcere.

Essa possibilidade foi aberta pela legislação em 2011, quando a Lei n.º 12.433 alterou a Lei de Execução Penal (n.º 7.210/1984), possibilitando a remissão da pena pelo estudo a presos nos regimes fechado e semiaberto. Em 2013, a Recomendação n.º 44, do Conselho Nacional de Justiça estendeu essa possibilidade, ao criar critérios para a concessão de remissão pela leitura, uma vez que essa prática pode agregar conhecimentos e valores éticos à formação do leitor, o que a equipara ao estudo em uma escola formal.

Faço visitas constantes a presídios e estabeleço um diálogo franco com os apenados, como se estivesse conversando com meus alunos. Não me canso de admirar a relação que os apenados têm com a leitura. Algo muito sentido, quase ingênuo, como quem se entrega a uma grande aventura que, muitas vezes, falta além do cárcere, entre os leitores daqui de fora. Essa relação, para os que mal tiveram acesso ao letramento, é de ampla adesão. É uma resposta ao imobilismo, à realidade tão drástica da prisão. Muitas vezes, eles ingressam no mundo da leitura pela Bíblia. Outros, têm uma ligação com o livro quase oracular, como algo que diz coisas importantes para eles.

Com 686,5 mil pessoas em presídios superlotados (a capacidade total é para 407 mil), temos a terceira maior população carcerária do mundo. Negros, em sua maioria, pobres e jovens. Antes de chegarem ali, muitos não tiveram acesso – não digo aos livros, não digo à escola – a condições mínimas de humanidade. Uma ferida dolorosa provocada pela ausência do Estado, um vazio republicano. Estado que faz o papel de “madrasta”.

E, apesar disso, quando escolarizados na prisão, eles têm a chance de vivenciar uma experiência riquíssima de vida, complexa. Por isso, defendo as escolas prisionais. Precisamos urgentemente ampliar o número de matrículas nas escolas no cárcere. Atrair para essas classes, sobretudo os presos mais jovens, muitas vezes retidos nas unidades socioeducativas, de breve duração. Se a proposta pedagógica for bem orientada, os mais jovens encontram uma figura de apego, novos horizontes diferentes dos que dispunham fora da instituição, em suas comunidades de origem.

Podem me perguntar: ele vai sair do crime por ler mais? Mas a pergunta não faz sentido. A leitura é elemento integral da cidadania e da humanidade. Eis porque levo livros às prisões. Meu sonho é ocupá-las de tal modo que não sobre lugar para os presos. Que o cárcere brasileiro se transforme numa grande biblioteca, e os apenados, livreiros, para atender ao cidadão. Sei que é uma utopia, um sonho de olhos abertos, mas vejo a leitura e a escola como um direito inalienável da cidadania. Enquanto o Brasil não colocar a educação na sua medula, vai perder uma parcela imensa de futuro, condenado a não enfrentar o que mais precisa: a construção de uma cultura da paz, igualdade e promoção social. Dentro do cárcere. Mas não apenas.

&

Q

A RENOVAÇÃO É UMA TENDÊNCIA

Quem conhece minimamente a realidade sabe o quanto a frase a seguir é absoluta: “Na política não existe espaço vazio, não há vácuo”. Fosse diferente, não seria necessário limitar mandatos no Poder Executivo ou reservar vagas para gêneros distintos em chapas proporcionais. Renovar é algo complexo e desafiador num universo estagnado e ocupado “pelos mesmos de sempre”. Os donos dos partidos não mudam, os candidatos são os mesmos, os servidores públicos que dependem desses agentes nas máquinas se repetem e tudo vai se consolidando para que tenhamos uma foto eterna.

HUMBERTO DANTAS,
CIENTISTA
POLÍTICO E
CONSELHEIRO DA
FECOMERCIO-SP

Tais condições combinam dois pontos corrosivos: poder e sobrevivência. O poder inebria, a busca pela sobrevivência gera desespero. Quem arrefece essa combinação? Em tese, a justiça, a ética e a capacidade de os cidadãos, no universo público, construir um mundo mais democrático. Definitivamente, não é isso que temos em nossa realidade: falta-nos ética republicana, justiça eficiente e proba e valores democráticos. E agora?

A sociedade se distanciou de forma expressiva da política, dos políticos e dos partidos. Em 2016, algumas cidades bateram recordes de abstenção e votos inválidos, e candidatos vencedores afirmaram distância absoluta da política. Tais comportamentos foram compreendidos por parcelas da sociedade como algo danoso. A partir disso, começamos a experimentar discursos ao estilo “só sairemos da crise política com mais política”. Perfeito: a saída para o problema é um mergulho no próprio problema, transformando-o por dentro. Concordo com isso, mas, numa democracia, esse acordo precisa ser percebido por grandes contingentes.

E para que tais conjuntos da sociedade sejam impactados, movimentos e projetos nasceram pregando renovação. O primeiro problema é: quem está se apresentando como novidade nem sempre a representa. O segundo ponto está associado ao fato de que muitos daqueles que “entram na política” entendem pouco dela e, com posturas viciadas e arrogantes de “salvadores da pátria”, tendem a contribuir para o aprofundamento do problema. Não devemos tratar tais pontos como regras, e tampouco como uma versão única de muitas das novidades que estão por aí, pelo contrário – é possível encontrar muita atitude boa nessa onda de experimentações e novas leituras da política.

O problema maior, no entanto, está aqui: se por um lado existe quem queira renovar, inovar, aprimorar e aperfeiçoar, por outro, temos de retomar a inexistência de espaço vazio na política. Para toda ação de renovação haverá uma reação de conservação. Quando as reformas políticas mais recentes pregam recursos escassos, centralização das verbas nos partidos e redução aguda dos tempos de campanha, o que estão a dizer? Que os eternos políticos querem se proteger, elevando suas chances de domínio e evitando a renovação. Esse choque tende a ser desigual, quase uma luta entre o gigante Golias e o pequenino Davi. Quem era o favorito? Davi venceu, mas o raio não cai duas vezes no mesmo lugar, e na política, o conflito pode ser ainda mais desequilibrado. Sinceramente, não acredito que teremos uma renovação imensa no ambiente onde a questionável e desgastada política mais se manifesta – o Poder Legislativo. No entanto, não tenho dúvida alguma de que o desejo por mudança é menos um conflito físico direto e mais uma tendência com grande potencial de contaminação no médio e longo prazos. Assim, a sociedade vai se renovar, mas isso pode levar tempo.

&

MARCO LUCCHESI,
ESCRITOR,
PROFESSOR DA
UFRJ E PRESIDENTE
DA ACADEMIA
BRASILEIRA DE
LETRAS (ABL)

Enfim, 2018

As eleições de outubro marcam o começo do fim de um ciclo de fragmentação político-partidária, radicalização de discursos, judicialização da política e deslegitimação dos três Poderes. Se 2018 será a estreia nas urnas de novas forças políticas, também será teste de resiliência das forças que regem a história brasileira republicana da Constituinte até os dias de hoje.

O Brasil “até aqui” tem sido definido pelo somatório de arranjos políticos regionais e locais, sem que a política tenha representado um fenômeno unitário nacional, pois reconhecer a complexidade dessa dinâmica é fundamental para imaginar o Brasil “daqui para frente”.

Todos os pequenos movimentos locais parecem estar ligados por apenas um entre cinco votos disponíveis em uma eleição nacional: a presidência. Quer dizer, os votos de um paulista em seus deputados estadual e federal, senador ou governador, aparentemente em nada interferem nos votos de outros Estados. O processo eleitoral não é tão simples assim.

A cada quatro anos, entra em campo a competição pelo voto popular. A composição de chapas ao governo dos Estados. As corridas rumo à Brasília. Todos em busca da composição ideal, limitando o canibalismo entre quadros e aumentando as chances de vitória. São muitas combinações possíveis. Diante da percepção de corrida eleitoral, prevalece a articulação política. Nasce, aí, o complexo arranjo pluripartidário brasileiro.

O Brasil se define das 27 eleições regionais. O teste de forças entre partidos sacramenta as disputas entre pré-candidatos em seus diretórios e as alianças pactuadas por lideranças. E justamente pelos 35 partidos atualmente registrados, dividiram-se desproporcionalmente em 27 unidades federativas e suas milhares de cidades profundamente distintas, das quais as composições políticas regionais não poderiam ser menos complexas.

Seja como for, o Brasil dos últimos anos está longe de ser definido por uma batalha campal entre dois polos. Vejamos um exemplo: em todas as eleições presidenciais dos últimos anos, candidaturas encabeçadas por PT e PSDB estiveram entre as mais competitivas. No Congresso Nacional, porém, o cenário foi diferente.

Colorir os Estados do Nordeste de “vermelho” nas eleições presidenciais de 2002 a 2014 desconsidera a força e capilaridade do MDB, essenciais para as vitórias na região. Apesar do crescimento da bancada petista nordestina, o PT não é majoritário na região. Pelo contrário, alcançou em seu me-

lhor resultado 16,5% dos assentos da região, contra 33,7% do DEM e 19,9% do MDB, em seus respectivos apogeu. Na realidade, comparado a outras regiões, o pior desempenho do PT na Câmara dos Deputados é justamente na bancada nordestina.

Até hoje, o PT elegeu mais deputados no Estado de São Paulo (103) que em todo o Nordeste combinado (99). Os 25% dos assentos alcançados em 2002 o fez recordista histórico na bancada paulista – apesar da tradicional votação em tucanos para cargos majoritários. Esse fenômeno não se repetiu em absolutamente nenhum outro Estado brasileiro. São Paulo pode estar polarizada entre os dois partidos. O Brasil, não.

Parece claro que 2018 marca o pico de um processo de pulverização, e não polarização política. No Brasil “daqui para frente”, a cláusula de desempenho e o fundo eleitoral deverão ao menos suavizar o quadro de fragmentação. Sejam quem forem os aspirantes a uma fatia do voto nacional, prevalecerão os que compreenderem de uma vez por todas que um assento em Brasília nasce da profundidade das políticas regional e local do Brasil “até aqui”.

&

OTÁVIO COSTA MIRANDA, PESQUISADOR NA ÁREA DE ECONOMIA POLÍTICA DO CHONGYANG INSTITUTE FOR FINANCIAL STUDIES

EDUARDO CAVALIERE, ADVOGADO, GRADUADO EM DIREITO NA FGV DIREITO-RIO COM CONCENTRAÇÃO EM MATEMÁTICA APLICADA NA EMAP (FGV)



O BRASIL PRECISA DE NOVA ESTRATÉGIA DE INSERÇÃO GLOBAL

Trabalho, previdência, tributos, política. São conhecidas as reformas do tipo estrutural que o Brasil tem de adotar para harmonizar suas capacidades de competir. Falta incluir, nesse mosaico modernizador, a política externa comercial.

Durante toda a história brasileira, com exceção dos ciclos de monocultura da exportação, raramente tivemos mais que 25% do produto interno bruto (PIB) resultante da soma de importações e exportações.

Pensemos em alguns milagres econômicos recentes. Coreia do Sul, Hong Kong, China, Chile, Espanha depois de 1982, Japão e Alemanha depois da Segunda Guerra. Que há de comum entre esses países? Alguns são asiáticos, outros, europeus. Alguns democráticos, outros têm regime político centralizado. Uma das poucas características em comum é que todos dispõem de elevado percentual de comércio exterior nas suas economias.

Se somarmos tudo o que a Coreia do Sul importa e exporta, ao longo de seu processo de ascensão, chega-se a 65% do PIB. Se olharmos para a China, perceberemos também uma fatia muito elevada do PIB ocupada pelo comércio. A Alemanha era a maior exportadora do mundo até 2009. Não é, historicamente, o caso do Brasil.

Pais algum nos últimos 70 anos conseguiu um *upgrade* sem parcela substantiva do PIB relacionada ao comércio exterior. Nada em relação a isso, apesar de todo ativismo terceiro-mundista, mudou nos governos do PT. O Brasil representa apenas 1% de tudo aquilo que o mundo importa e exporta.

Houve um ambiente macroeconômico de algum crescimento de 2003 a 2010. Entretanto, o Brasil deixou de fazer movimentos importantes nesse momento de bonança, e tal expansão teve pouco a ver com política externa. Descobrimos reservas de petróleo em águas profundas e houve aumento dos preços das commodities nas quais temos vantagens comparativas, como soja e minério de ferro.

O Brasil não construiu uma estratégia de inserção comercial internacional. Não fizemos acordos com grandes mercados compradores. Não realizamos esforços de promoção comercial em cidades globais, como Londres, Paris e Singapura. Nem sequer nos concentramos em dar mais força à inteligência comercial. Em vez disso, fomos abrir embaixadas em uma dezena de países africanos e gastar tempo com a criação de mecanismos regionais que pouco têm a ver com a prosperidade brasileira, como a Unasul.

No Brasil, confundimos política externa, diplomacia e inserção internacional. Não são a mesma coisa. Diplomacia é atividade entre Estados, restrita a chancelarias. Para a política externa, é preciso agregar outros elementos, como é o caso o caso da política de defesa. E inserção internacional significa a sintonia fina entre atores do setor privado, governo e diplomacia para aumentar a riqueza de um determinado país.

É isso que chineses, espanhóis, chilenos e sul-coreanos conseguiram, algo que ainda não realizamos. Geralmente se fala no Brasil da importância das reformas estruturais, e isso é fundamental para o futuro do País. Nesse quadro, a reforma da política externa no campo do comércio exterior também deveria ser compreendida como estrutural.

&

MARCOS TROYJO, ECONOMISTA E CIENTISTA SOCIAL, DIRETOR DO BRICLAB DA UNIVERSIDADE COLUMBIA



HUMOR E CRÍTICA SOCIAL

ANDRÉ ROCHA

Dono de uma expressão artística marcante, Glauco Villas Boas sintetizava as mazelas e virtudes do Brasil e do brasileiro. Sua obra continua mais viva do que nunca. Prova disso são os desenhos reunidos nesta edição especial de **Problemas Brasileiros**. Publicadas originalmente na *Folha de S. Paulo* entre 2008 e 2010, as charges se relacionam com as temáticas dos artigos que tratam de soluções para antigos gargalos do País. Glauco desnuda a corrupção e os vícios da máquina pública, por exemplo. Angeli e Laerte, com quem ele trabalhou durante três décadas, brindam-nos com uma homenagem ao sagaz cartunista.



O PRESIDENTE NECESSÁRIO

Diante da crise prolongada na relação entre as instituições e seu reflexo negativo no desenvolvimento do País, o processo eleitoral se tornou o único episódio concreto para assegurar a estabilidade constitucional da democracia brasileira. A confusão pode ser vista no fato de que, em maior ou menor grau, os candidatos explicam mal alguns temas: corrupção, trabalho e riqueza, privatizações e partidos. Plataformas circunstanciais para uso eleitoral não são programas de governo.

PAULO DELGADO
É COPRESIDENTE
DO CONSELHO
DE ECONOMIA,
SOCIOLOGIA
E POLÍTICA DA
FECOMERCIO-SP

Ora, veja, eleições são ondas, e o que temos agora é a de ciclo longo que se esgota por culpa de políticos irresponsáveis, percebida pelo eleitor com indignação e indiferença. Ele parece ter razão, pois não vê exceção na estrutura vigente dos arranjos legais, sociais, políticos e econômicos que sustentam a realidade brasileira. Mas se esquece que essa realidade já foi virtuosa e se iniciou com o enorme rearranjo interno e orgânico que foi a guinada neoliberal globalizante a partir de 1990. Seja do ponto de vista econômico, seja do ponto de vista comportamental, todos os governos, de esquerda e de direita, da redemocratização para cá, foram liberais e resolutivos, como mandava a cartilha mundial. A insistente crise que chegou na década passada e foi agravada pelos sombrios governos Dilma, acabou com o elã prático da política, seja pela inconsistência partidária que impera, seja pela falta de profundidade do debate político de longo prazo. O risco da eleição é termos a ruptura definitiva desse modelo que enriqueceu o mundo como nunca e estava melhorando a vida no Brasil.

A guerra hoje, em virtude da livre movimentação dos fatores de produção, não é política – é comercial, educacional e tecnológica. O próximo presidente do Brasil precisa se dar conta do nosso papel no mundo se quiser melhorar a vida dos brasileiros, ciente de que a democracia usa a eleição como a mais consagrada fórmula para se criar uma minoria política legítima. Não é aceitável ter um presidente que nada sabe das dificuldades e exigências de seu poder. O bom governante, para representar a todos, precisa se erguer acima da paixão.

Assim, só um aguçado senso de destino pessoal poderá levar o próximo presidente a ser comedido no seu entusiasmo. Se alguém quer entrar para a história como um bom governante, nada melhor do que uma noção desmistificada de si e do que rege o mundo. A crise entre nós é do Estado, que se deixou usar por presidentes contra a Nação para tornar um poder total, forte, gastador, tributador, monopolista e concentrado em sua folha de pagamento e despesas correntes crescentes. Por isso, se a energia dessa eleição continuar sendo a de querer solucionar problemas aumentando a dependência e a subordinação do cidadão ao Estado, fracassaremos. As políticas sociais devem estar no campo do direito para não reforçar a ideia do benefício como paternalismo e poderem, assim, fundar uma política pública do Estado democrático. É a única forma de deter a violência e acabar com a manipulação da miséria que sempre fez do pobre a principal moeda eleitoral do País. ▶▶▶

▶▶▶ O fato da probabilidade de existir algum controle político para atividade essencial não significa que ela deva ser estatal. O papel do Estado deve ser o de auxiliar, regulador sem tutela, que estimule o funcionamento de um governo eficiente, justo e parceiro da criação de uma sociedade empreendedora. É essa manipulação primitiva dos serviços públicos que criou o “capitalismo de amigos” e permite a reincidência dos ciclos estatizantes e burocratizadores.

O ciclo eleitoral e as oscilações da política brasileira interferem mais na vida da economia e do comércio do que em qualquer outra época recente. A eleição se aproxima, mas ainda não sabemos se conseguirá impedir que a má política mate o resto de nossa vitalidade econômica. Do ponto de vista interno, um bom governo deve se dedicar a erradicar costumes ruins enraizados na dinâmica institucional que desequilibra a relação entre Estado e sociedade. E um grande desafio político para o novo presidente é conseguir a desconstitucionalização da maioria das leis brasileiras e fundar um novo paradigma de clareza, eficiência e simplicidade. Uma sociedade de contratos, não de cartórios. Por isso, é preciso atenção redobrada em candidatos sem nenhuma proposta partidária ou vinculada a movimentos sociais e econômicos relevantes para dar consistência ou contextualização política às suas ideias. Quem não tem preocupação com a articulação parlamentar para produzir a maioria política que estabilize um governo no presidencialismo, pode não estar bem-intencionado. A maioria simples para governar exige 257 votos; a emenda constitucional, 308. E com desordem partidária, os custos político e moral para formar a coalização vitoriosa vão impor o preço de uma permanente instabilidade. Ninguém sincero deveria poder se considerar independente da desordem partidária. Quem não estrutura sua base de apoio desde já e a consolida legitimada pela urna não pode falar de reforma alguma, revelando desprezo pela autonomia do Congresso e os limites da mediação e da decência institucional.

Estamos numa encruzilhada público-privada. A razão política é uma coisa, a razão do comércio e da indústria é outra. O patamar da confusão está alto porque as profissões produtivas, que geram riqueza a sociedade de classes, foram suplantadas por funções improdutivas de ofícios públicos cada vez mais crescentes que oneram todos, a sociedade dos balcões. O contracheque humilhou a carteira de trabalho.

Do ponto de vista externo, podemos dizer que o mundo é comércio, e a ninguém interessa a estagnação do Brasil. Por isso, ser relevante é ter credibilidade para receber investimentos internacionais e considerar o capital estrangeiro também sócio de nosso progresso. O que se espera é que quem sair vitorioso em outubro tenha o claro compromisso com o máximo de descentralização do Estado para evitar o máximo de sua desestruturação, como ocorre quando as estatais se subordinam ao nível político e desprezam os níveis estratégico e técnico.

Um tema inevitável é a privatização, porque toda essa conversa contra a privatização só existe onde o Estado não é público. Se o Estado fosse Estado para valer, não haveria problema de privatizar e fiscalizar a gestão privada, induzindo-a ao desenvolvimento.

Um bom governo deve buscar acabar com as incertezas doutrinárias que cercam o desprestígio do capitalismo no palanque da política brasileira. A filosofia moral de nosso anticapitalismo é insincera e nos fez mais pobres em experiências exemplares. Temos cada vez menos marcas mundiais, operamos de forma oligopolizada as atividades econômica e financeira. País que não considera o trabalho fonte de toda a riqueza e cultura, tampouco o capital o principal meio de socialização, nunca chegará a vislumbrar um Estado socialmente justo. De um lado, pela falta de bom senso da direita, que não vê defeitos no mercado. De outro, pela má-fé da esquerda, que não vê qualidades. Enquanto essa dicotomia perdurar, podemos dizer que o Brasil é um país que nunca ficará pronto.

O bom presidente precisa estar atento às linhas de força do processo de desestabilização atual para saber estancar a crise política. Há assimetria de objetivos quando a improvisação da política e da Justiça desconsideram o planejamento da economia. O País não pode continuar a viver como se tudo fosse partidário e aprisionado na corrupção. É preciso um claro compromisso institucional de reconciliar o Estado com a ética da previsibilidade e seu papel de educador coletivo.

Por fim, o Brasil cansou desse modelo de governar em que o Estado pode tudo, especialmente nas questões fiscal e tributária, nas quais o imposto é uma punição opressiva sobre a produtividade. O Estado de bem-estar social não é filho automático do Estado fiscal e tributário. Enfim, um presidente necessário não trata o Brasil como uma cômoda, supondo que, pela sua vontade, pode enfiar e tirar o que quiser de suas gavetas.

&

ONDE TEM ASSUNTO, TEM PIAUÍ.

piauí
_onde tem assunto, tem piauí.





Seja gentil. Seja o trânsito seguro.



CURRICULUM VITAE



**FURGÃO SPRINTER
MERCEDES-BENZ**

Características

- Versatilidade
- Rentabilidade
- Tecnologia
- Segurança
- Resistência
- Potência

Especialização

Segurança

- Programa eletrônico de estabilidade - ESP adaptativo 9ª
- Sistema de antibloqueio de freios - ABS
- Sistema de controle de tração - ASR
- Distribuição eletrônica de força de frenagem - EBD
- Controle de carga adaptativo - LAC
- Limpeza dos discos de freio - BDW
- Assistente de vento lateral - Crosswind Assist

Economia

- Motor OM 651 LA biturbo desenvolvido com tecnologia de ponta, proporciona melhor economia de combustível, garante rentabilidade para o negócio, com muita performance.

Diferenciais

- Piso de madeira naval
- Vidros elétricos e retrovisor elétrico com luz de sinalização
- Abertura da porta traseira em 270 graus
- Farol de neblina com assistente direcional
- Volante com ajuste de altura
- Fechamento remoto das portas
- Conjunto ótico moderno equipado com luz diurna
- Lanteras traseiras com exclusiva luz adaptativa de freio
- Linha Street que permite acesso às áreas com restrição de circulação. E pode ser conduzido com CNH categoria B

Campo de atuação

- Transporte de materiais em geral
- Negócios móveis
- Cargas frigoríficas
- Motorhome
- Misto
- Food Truck

Prêmios





Mercedes-Benz ServiceCare



Manutenção



Completo

Sprinter Mercedes-Benz. O melhor funcionário que o seu negócio pode ter.

Seja qual for o seu ramo de atuação, você sempre poderá contar com o desempenho e a excelência da linha Sprinter.

 MercedesBenzVansBr

CRC: 0800 970 9090

Mercedes-Benz
Vans. Nascidas para rodar.

